

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 53 - Série VII - N.º 540
3 de Maio de 1984

Preço: 30\$00

SEMANÁRIO

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX

Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

**25 de Abril
e 1.º de Maio**

GRANDIOSA APOTEOSE POPULAR



***Amadurecem as condições
para a demissão do Governo
e uma alternativa democrática***

Suplemento



Álvaro Cunhal na inauguração do novo CT do Barreiro

Págs. 6/7

Nicarágua



***Solidariedade
em Lisboa***

Pág. 8



Conferência
Internacional
sobre a NICARÁGUA
e pela PAZ
na AMÉRICA CENTRAL

3/6 Maio 1984

SEMANA

23

Segunda-feira

O Presidente da República comunica ao País a sua decisão de promulgar a lei sobre a interrupção voluntária da gravidez ■ Cerca de centena e meia de agricultores de Alvalade do Sado cortam a estrada Lisboa/Algarve em protesto contra a decisão governamental de aumentar em 850 por cento o preço da água para rega ■ O «New York Times» e a cadeia de televisão «ABC» denunciam que o grupo de Eden Pastora é controlado directamente pela CIA, da qual depende directamente para os seus ataques à Nicarágua ■ A greve dos mineiros britânicos, que se arrasta desde 9 de Março, provocou já um prejuízo de 191 milhões de contos.

24

Terça-feira

A CGTP-IN saúda o 25 de Abril e apela à participação dos trabalhadores nas manifestações populares que festejam o dia da Liberdade; em Lisboa e no Porto milhares de pessoas participam nas iniciativas levadas a efeito nas respectivas "baixas" ■ Mário Soares afirma em entrevista ao D.N. que após o 25 de Abril o PS fez concessões «à terminologia da época, tendo em conta que as forças populares queriam uma mudança efectiva após o fim da ditadura»... desabafou! ■ Trabalhadores da Siderurgia paralisam contra a discriminação salarial ■ Dezenas de mortos e um número indeterminado de feridos é o saldo da repressão na República Dominicana, na sequência de manifestações populares contra o aumento do custo de vida ■ Samora Machel anuncia que o boicote sul-africano custou a Moçambique, antes do acordo de N'Komati, 3,4 biliões de dólares.

25

Quarta-feira

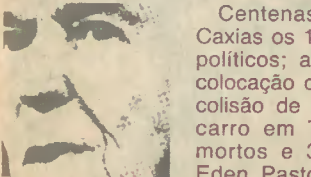


O 25 de Abril oficial

Desprezando as chamadas «comemorações oficiais» do 25 de Abril, o Povo português festeja nas ruas o dia da Liberdade, numa das maiores manifestações de sempre do dinamismo popular; na Assembleia da República, Ramalho Eanes termina o balanço de 10 anos com um pensamento consolador: «o povo encontrará sempre maneira de vir à tona da História» ■ Álvaro Cunhal afirma em entrevista ao «Pravda» que «são numerosos os indícios que indicam que o Governo PS/PSD caminha para a derrota» ■ O Congresso brasileiro recusa a emenda Dante de Oliveira por eleições directas para as eleições presidenciais ■ O regime do apartheid é severamente condenado numa reunião da Internacional Socialista.

26

Quinta-feira



Reagan na China

Centenas de pessoas comemoram em Caxias os 10 anos de libertação dos presos políticos; as autoridades não autorizam a colocação de uma placa alusiva à data ■ A colisão de uma automotora com um autocarro em Terronhas, Porto, provoca 16 mortos e 30 feridos ■ O anti-sandinista Eden Pastora anuncia o «congelamento» da guerra contra a Nicarágua, após ter sido expulso de S. Juan del Norte pelas forças sandinistas ■ Reagan chega à China, em visita oficial ■ As FAPLAS eliminam bandos da Unita, enquanto 89 pessoas presas por aquele bando são libertadas na África do Sul.

27

Sexta-feira



Embaixador da Nicarágua

A CGTP-IN anuncia 191 iniciativas para comemorar o 1.º de Maio ■ A Associação 25 de Abril anuncia o seminário «Portugal, 10 anos depois», a realizar na Gulbenkian de 2 a 4 de Maio ■ Ramalho Eanes recebe em Belém as credenciais do 1.º embaixador da Nicarágua em Portugal ■ O 1.º-ministro chinês diz a Reagan que o seu governo não está interessado num acordo anti-soviético ■ Começa em Maputo a cimeira dos cinco países africanos de expressão portuguesa.

28

Sábado

Milhares de pessoas participam no almoço-convívio promovido pela Associação 25 de Abril, em Belém ■ Álvaro Cunhal participa no Barreiro na inauguração do novo centro de trabalho do PCP ■ Os órgãos de informação chineses censuram o discurso de Reagan, omitindo todas as referências anti-soviéticas, os «direitos do homem» a «liberdade», a «fé em Deus» e os «valores americanos» ■ Samora Machel pede apoio para Angola e Moçambique na cimeira de Maputo.

29

Domingo

O Governo PS/PSD recusa os vistos a uma delegação desportiva soviética convidada pela CGTP-IN para participar nos festivais do 1.º de Maio; Soares e Pinto preferem as bandas da NATO ■ Realizam-se eleições suplementares para a Câmara de Lamego; o PS perde um vereador, a APU sobe e o PSD ganha, ainda que perdendo votos ■ A Comissão dos Direitos do Homem da República Dominicana anuncia que a repressão dos últimos dias provocou 200 mortos e cerca de 200 desaparecidos ■ Uma sondagem nos EUA indica que só 30% dos americanos apoiam a política de Reagan para a América Central.

30

Segunda-feira

Um atentado terrorista do grupelho reaccionário «FP-25», em S. Manços, provoca a morte de uma criança e de uma senhora de idade; a pretensa ligação do acontecimento com os trabalhadores da Reforma Agrária é vivamente repudiada pelas respectivas organizações sindicais ■ Chega à China em visita oficial o ministro da Defesa Mota Pinto ■ Agricultores da região de Cabeceiras de Basto cortam todos os acessos à vila como forma de luta pela reabertura da respectiva feira de gado ■ É inaugurada na Faculdade de Letras uma exposição documental sobre os dez anos da Revolução de Abril ■ É instaurado no Sudão o estado de emergência ■ Termina a visita de Reagan à China, assinalada por vários desacordos, nomeadamente quanto às relações dos dois países com a União Soviética.

1

Terça-feira

Lutar por Maio para cumprir Abril é a palavra de ordem que preside às comemorações do 1.º de Maio, que traz à rua muitas centenas de milhares de trabalhadores em todo o País; esta jornada fica assinalada com o maior número de iniciativas desde sempre em todo o País: a UGT, como sempre limitou as comemorações a escassas iniciativas, em Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro ■ Pela primeira vez desde o golpe de Estado fascista, Pinóchet é forçado a autorizar as comemorações do 1.º de Maio no Chile.

Editorial

APOTEÓTICAS JORNADAS DE LUTA

O Povo português acaba de viver jornadas inesquecíveis, ímpares de grandeza e significado. Delas se impõe tirar necessárias conclusões políticas.

Depois de um portentoso X aniversário da Revolução de Abril a gigantesca apoteose popular do 1.º de Maio.

Com sete dias de intervalo são dois acontecimentos cuja leitura política imediata é indispensável para saber onde estamos e para onde queremos e podemos ir.

O que acabamos de viver em Portugal é uma extraordinária vitória do povo e uma estrondosa derrota de um governo e de uma política — mais concretamente do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD e das forças que o apolam; da sua política antipopular, antinacional, anti-Abril.

Numa semana apenas, um importante salto qualitativo se produziu no movimento operário, popular e democrático em resultado de uma acumulação quantitativa na frente decisiva da luta de massas, com reflexos profundos na situação nacional.

Estamos perante uma clara mudança de qualidade num processo de luta que se intensificou e desenvolveu nos últimos tempos e que, através de sucessivas mudanças de quantidade, ganhou força e substância política de sentido inconfundível.

Esta alteração de natureza essencialmente política na situação nacional revela uma rápida mudança da correlação de forças favorável a uma alternativa democrática, mostra que estão maduras as condições para correr com o Governo Soares/Mota Pinto e para pôr em prática uma política que responda aos interesses do povo e do País.

Trata-se de uma conclusão política fundamental e necessária.

Há uma semana o X aniversário do 25 de Abril tinha mostrado de maneira lapidar o isolamento político da camarilha governante.

Como salientou Álvaro Cunhal no Barreiro, assim como as comemorações «oficiais» representaram «um rotundo fiasco e uma derrota política monumental do Governo de Mário Soares, assim as comemorações populares do 25 de Abril constituíram uma extraordinária e significativa vitória das forças da democracia».

Nas celebrações nacionais do Dia da Liberdade viu-se que foi o povo, com os Capitães de Abril, desde o Minho ao Algarve, desde o Continente às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, nos núcleos da emigração portuguesa no mundo, quem empunhou vigorosamente a bandeira libertadora do 25 de Abril e que foi o Governo Soares/Mota Pinto que arvorou os pendões anti-Abril, foi o Governo quem remeteu a iniciativa das suas comemorações a jurados reaccionários e inimigos do 25 de Abril.

Viu-se também que o Povo português na sua esmagadora maioria está com a Revolução de Abril, quer continuar Abril, e que a clique Soares/Mota Pinto — com a parte mais representativa da extrema-direita — está do outro lado da trincheira, quer restabelecer o poder dos monpólios.

As celebrações populares de 25 de Abril foram um dia de Festa e Luta. Festa do feito vitorioso dos Capitães de Abril, luta para que Abril viva e continue.

Esta é outra conclusão política fundamental e necessária.

Se as comemorações de há uma semana tinham evidenciado o divórcio total entre o Governo Soares/Mota Pinto e o 25 de Abril, as extraordinárias cele-

Avante!

Aumento de preço

A partir deste número, conforme já anunciáramos na semana passada, o preço de venda do «Avante!» passará a ser de 30\$00, o que vai igualmente implicar a alteração do preço das assinaturas

Trata-se de uma decisão que, obviamente, foi tomada a contragosto, mas que se tornou necessária devido ao aumento de custos, nomeadamente de papel, combustíveis, etc. Tanto mais que, enquanto órgão central do PCP, o nosso jornal não conta com importantes apoios a que os outros jornais recorrem, como seja o caso do subsídio oficial de papel e da publicidade.

A situação que enfrentamos afecta toda a imprensa. Sublinhe-se, entretanto, que, dada a ausência de publicidade, a «leitura útil» do «Avante!» não é em geral inferior à dos outros semanários, e que de qualquer modo estes continuam a custar mais 10\$00 do que o nosso jornal.

Estamos certos de que o esforço de todos os camaradas, especialmente os directamente ligados à distribuição e venda do «Avante!», juntamente com o aumento por parte de todo o Partido da compreensão do papel e de quais as funções do órgão central, permitirão assegurar ao nosso jornal a elevada tiragem em que assentam tanto a sua viabilidade económica como a sua importância política e orgânica.

Tabela de assinaturas

50 Números

Continente	1380\$00
Regiões Autónomas	2500\$00
Espanha	2500\$00
Europa	5050\$00
Países de expressão portuguesa	5200\$00
Extra-Europa	7300\$00

revista internacional

problemas da paz e do socialismo

revista dos partidos comunistas e operários

brações populares do 1.º de Maio vieram confirmar aos olhos de toda a gente o divórcio total entre a camarilha governante e o povo trabalhador na sua expressão mais vasta.

O 1.º de Maio de 1984 constituiu uma poderosa demonstração de força, unidade e maturidade política do movimento operário e popular e da autoridade e capacidade mobilizadora da grande central sindical unitária dos trabalhadores portugueses — a CGTP-IN.

Ao mesmo tempo constituiu uma severa punição do divisionismo sindical personificado na UGT o seu desmarcamento total como instrumento da exploração de classe do grande patronato e da política restauracionista do Governo Soares/Mota Pinto.

Nas mais de duzentas iniciativas em que se incluíam cerca de 70 manifestações e concentrações populares em todo o País, com destaque para Lisboa e Porto, o 1.º de Maio assumiu uma grandiosidade só comparável às maiores desde Abril de 74.

A imponente manifestação da região da Grande Lisboa, que englobava os concelhos industriais do distrito de Setúbal a norte do Sado, constituiu uma magnífica e poderosa acção da classe operária e das massas populares, a qual, com a grandiosa manifestação do Porto — esta de baixo de chuva por vezes torrencial — constituíram uma das mais combativas e vastas jornadas de luta pelas mais sentidas reivindicações dos trabalhadores e do povo.

Em particular as comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores representaram uma gigantesca rejeição popular da política do Governo Soares/Mota Pinto, um clamor verdadeiramente nacional pela sua demissão imediata, uma profunda exigência de uma nova política que vá ao encontro e dê solução urgente aos gravíssimos problemas dos trabalhadores e de outras restantes camadas populares mais vastas.

É uma outra conclusão fundamental e necessária a extrair da gigantesca movimentação nacional no 1.º de Maio.

Nas formas mais expressivas os manifestantes do 1.º de Maio criticaram e rejeitaram a política do Governo de Mário Soares, exigiram a sua demissão, puseram a nu a guerra social que move contra os trabalhadores.

O aumento do desemprego, o roubo dos salários em atraso, a baixa do poder de compra dos salários, os novos ataques contra a Reforma Agrária, a repressão policial e patronal, os contratos a prazo, o aumento desenfreado do custo de vida e das rendas de casa, a revisão das leis laborais num sentido favorável ao agravamento da exploração patronal que o Governo já anunciou para breve, foram causticados pelas centenas de milhares de trabalhadores que se manifestaram por todo o País, em alguns casos através da sátira popular mais mordente e sugestiva.

Em flagrante contraste, nos arraiais divisionistas da UGT, reinaram a ausência dos trabalhadores, a petisqueira de gente bem posta, a exibição ante minúscula assistência de certos profissionais da canção desclassizados que se prestaram a fazer o frete ao divisionismo e à política antipopular do Governo.

Lacaios do patronato, como Torres Couto, deixaram claros a intenção e objetivos da UGT: «Não estamos aqui para fazer cair governos» clamou o n.º 1 da UGT para umas centenas de assistentes no Parque Eduardo VII. A derrota do divisionismo, o seu completo desmarcamento, é outra das conclusões políticas fundamentais e necessárias desta extraordinária movimentação de uma semana.

Apesar da vitória PPD Lamego penaliza PS e direita e dá à APU a única subida absoluta

Dêem-lhes as voltas que quiserem, os resultados das eleições suplementares realizadas no passado domingo para a Câmara Municipal de Lamego (na sequência da queda do executivo por abandono do PS e do CDS «afoguesados» com a corrupção desenfreada dos seus parceiros maioritários do PPD/PSD na Câmara) apontam três coisas bem nítidas: a subida da APU como única força concorrente que aumentou a sua votação tanto em números absolutos como relativos, a espectacular derrota do PS ao perder mais de 1500 votos e um vereador (confirmando mais uma vez que a sua política de direita e de aliança com as forças reaccionárias é fortemente penalizada pelo eleitorado) e a diminuição global da influência da direita no concelho (aqui entendida pela «santa aliança» PS/PSD/CDS).

O próprio CDS, delirante com a sua subida de 200 e tal votos em relação a 1982, não conseguiria atrair sequer os 468 votos perdidos pelos seus parceiros «democratas-cristãos» do PDC, o que significa também uma pesada derrota desta «área». Torna-se anedótica a alegria cedêsse ao invocar para si uma vitória que só existe nas suas cabeças...

Concelho fortemente dominado pelo caciquismo, onde o anticomunismo militante e primário, as relações quase feudais em algumas áreas de pro-

dução e uma hierarquia religiosa ultraconservadora lançam mão de todos os expedientes obscurantistas para arrebatar o eleitorado, Lamego no entanto surgiria nestas eleições com 40% de abstenções e uma forte penalização das forças que, globalmente, têm governado o município. O próprio vencedor tradicional, o PPD/PSD, perderia 63 votos, beneficiando neste caso tanto da abstenção como das quedas brutais do PS (mais de 1500 votos) para alcançar a maioria absoluta. O CDS, como já dissemos, ape-

«L'Humanité» faz 80 anos

No passado dia 18 de Abril «L'Humanité», órgão central do Partido Comunista Francês fundado em 1904 por Jean Jaurés, comemorou oitenta anos de vida ao serviço da classe operária, dos trabalhadores e do povo de França.

Jornal com profunda influência na vida política, social e cultural francesa, «L'Humanité» goza também

Das gigantescas jornadas do X aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio as forças democráticas e todos os patriotas devem, eles também, tirar as necessárias conclusões políticas.

Certas bóias de salvação e certas muletas e chavões a que desesperadamente se agarram Mário Soares, Mota Pinto & C.ª sofreram nestas grandiosas jornadas um golpe demolidor.

Em artigos, declarações e entrevistas profusamente produzidas nos últimos dias na imprensa portuguesa e estrangeira Mário Soares enche-se de vento como o burro do cigano, dá-se ares de uma força e legitimidade políticas que manifestamente não tem, assinala-se propósitos inatingíveis.

Soares proclama a sua maioria parlamentar de dois terços para caucionar a política de desastre da coligação governante, contesta a legitimidade institucional da demissão antecipada do seu Governo; no meio de uma outra bafarada de temor pela evidente queda dos seus créditos vai avançando desde já as intenções de candidatar-se à Presidência da República.

A jactância de Soares e Mota Pinto receberam nos inolvidáveis dias que acabamos de viver uma contundente resposta. As suas basófilas de força escondem a fraqueza real.

O que ficou claro nas ruas no dia 25 de Abril e no 1.º de Maio é que a coligação governante perdeu a sua base de apoio, que é hoje um órgão de poder desenraizado do povo e do País, que não tem mais o direito de continuar a dirigir os destinos de Portugal e do Povo português.

As grandiosas manifestações do Aniversário da Revolução de Abril e do 1.º de Maio revelam uma brusca e sensível queda do apoio ao Governo de Mário Soares, revelaram de maneira saliente a sua fragilidade e inconsistência, e, por outro lado, a força maioritária e determinante da oposição popular e democrática à clique governante.

As eleições da Câmara de Lamego, numa zona onde o caciquismo tem podido dominar e ainda domina, mostram, ali também, na sequência de outras eleições suplementares de órgãos de Poder Local, que a coligação governante e a reacção em geral perdeu força e que o movimento popular e democrático está em ascensão.

Em Lamego, no último domingo, a coligação governante no seu conjunto perdeu 1608 votos (1540 o PS). Só a APU, embora sem conquistar ainda nenhum mandato, subiu 182 votos.

Quer isto dizer que sobejam razões políticas e sociais e considerações de influência e de força política que justificam as necessárias medidas institucionais de demissão do Governo, da sua substituição por outro que com outra política garanta a viabilidade de uma alternativa democrática.

Como salientava Álvaro Cunhal no Barreiro, «amadurecem as condições para a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto».

As imponentes manifestações de 25 de Abril e do 1.º de Maio são um poderoso ponto de partida para novas e importantes lutas e acções do movimento popular e democrático.

As condições existem para acções decisivas que atrem para a rua a clique Soares/Mota Pinto.

Atestar motivos de divisão e valorizar os motivos de unidade, entendimento e convergência é uma decisiva condição de vitória das forças democráticas.

sar de ter subido 200 e poucos votos, ficaria muito aquém dos quase 500 perdidos pelos seus parceiros «democratas-cristãos» do PDC. Seria a APU, com a sua significativa subida de quase 200 votos, a única força a alcançar mais uma vez um aumento relativo e absoluto na votação (como de resto tem acontecido em anteriores eleições).

Concorreram a este acto eleitoral a APU, o PS, o PPD/PSD, o CDS, o PDC e a OCMLP (esta, pela primeira vez), que obtiveram, respectivamente, os seguintes resultados: 981 votos, 2191 votos, 5479 votos, 4004 votos, 378 votos e 22 votos. Em 1982 a APU obteve 794, o PS 3758, o PSD 5542, o CDS 3732 e o PDC 846.

Festa do «Avante!» O Alto da Ajuda espera por nós!

Camaradas e amigos, querem saber onde podem «passar bem passados» os vossos dois últimos fins-de-semana deste mês? No Alto da Ajuda, em Lisboa!

É isso, é isso! No recinto da nossa Festa do «Avante!», que aguarda nos próximos 19/20 e 26/27 de Maio os primeiros «desbravadores» que limpem o mato que entretanto cresceu, reabram as valas que se fecharam, abram os buracos que se taparam, reergam a Festa que se desmontou! E reencontrem a alegria, o convívio e a fraternidade que são o ponto alto de qualquer jornada de trabalho voluntário para a Festa. Sim, que isto de «passar bem passado» um fim-de-semana a trabalhar não é «só promessa», como de resto já sabem todos os milhares de camaradas e amigos que têm participado nas jornadas de anos anteriores. Que já vão em nove, imagine-se!

Este mês de Maio, de resto, é o sinal verde para a Festa. Nele se realizam as duas primeiras jornadas de trabalho voluntário e a partir dele, igualmente, se porá à venda a EP — o bilhete que dá acesso ao recinto durante os três dias.

E não se julgue que por a Festa se realizar apenas a 7/8/9 de Setembro que estamos para aqui cheios de tempo! Uma realização como a nossa — a maior do Portugal de Abril — é um mundo. E os mundos precisam de tempo. E que se aproveite o tempo.

Vamos então aproveitá-lo... Indo ao Alto da Ajuda!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 778687 778825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alameda de Bata, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte

Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 633908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Tenente da Erva, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 768402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL:

Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Abril: 45 700

Assembleia da República

O nuclear “já” do Governo é um risco grave para o País

Entalada entre o 25 de Abril — e as suas comemorações que também na AR tiveram algum relevo —, e o 1.º de Maio, a interposição do MDP ao Governo sobre a opção nuclear não veio a ter a repercussão que tal tema naturalmente suscitaria. Foi entretanto oportunidade para a oposição, neste caso o partido interpelante e também o PCP e o deputado de «Os Verdes», tecer críticas ao executivo nesta matéria, apontando sobretudo as responsabilidades que cabem ao actual ministro da Indústria, Veiga Simão, um homem do 24 de Abril, por este pretender impor uma opção nuclear como solução aos problemas energéticos do país, sem ter em conta as alternativas existentes e a opinião contrária de muitos.

Se o ministro Veiga Simão se escusou ao debate, com a desculpa de a proposta governamental não se encontrar concluída — as grandes opções são assim —, acabando no entanto por admitir que a opção governamental viria a ser o nuclear para já, se o ministro se escusou ao debate, dizíamos, tal não bastou para que a oposição deixasse de vincar a sua

opinião sobre esta questão «quente».

Enquanto o deputado de «Os Verdes» se mostrou absolutamente contrário ao nuclear, sugerindo outras opções nucleares, tal não aconteceu com o MDP, cuja posição de mostrou próxima da dos comunistas, sublinhando que o aproveitamento dos recursos hídricos não está completo e que, por

outro lado, a construção de algumas centrais térmicas viria a abrir a possibilidade de produzir a energia suficiente não só para a satisfação dos consumos mas também para o desenvolvimento da produção no país.

Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira, do PCP, que intervieram na sessão, demonstraram que, até ao ano dois mil, o aproveitamento dos recursos hidroeléctricos — até agora aproveitados apenas a 50 por cento —, conjugado com a construção de mais uma ou duas centrais termoelectricas do tipo da de Sines, satisfaria amplamente as necessidades. Sublinharam ainda que então se encontrariam comercializados os reactores de segunda geração, o que permitiria a utilização do urânio nacional por centenas de anos. Urânio que,

a aplicar hoje desnecessariamente, se esgotaria em duas dezenas de anos...

Não se furtando a considerar a energia nuclear como energia de futuro, os deputados comunistas sublinharam que a experiência de outros países mostra que a economia das centrais e o custo da energia fornecida por elas, para além da participação nacional na sua construção, seriam desfavoráveis em Portugal em relação às centrais nucleares não se limitava a ser economicamente desvantajosa mas viria a converter-se em verdadeiro desastre económico, agravando fortemente a dívida externa, a dependência política, económica e tecnológica do imperialismo. Ao mesmo tempo que acarretaria riscos desnecessários para os trabalhadores das centrais, para as populações e para o ambiente.

O debate demonstrou ainda que o PCP denunciaria em devido tempo a anarquia e a descoordenação entre a construção da termoelectrica de Sines e a construção do porto mineiro, chegando-se hoje a uma situação em que existe a termoelectrica e não existe o porto. O próprio secretário de Estado da Energia confirmou que a solução governamental (que nada resolve) irá custar largas centenas de milhares de contos ao erário público. Ficou ainda demonstrado que as conclusões do Plano Energético Nacional no sentido do nuclear não possuem qualquer suporte científico.

Nuclear sim, mas para mais tarde. Há ainda muito a fazer no domínio do aproveitamento das fontes de energia tradicionais. O nuclear «já» é, sob todos os pontos de vista, um risco grave.

Comemorações de Abril

As comemorações do décimo aniversário do 25 de Abril na Assembleia da República ultrapassaram uma vez mais a pompa e a circunstância do acto solene. Uma vez porque alguns exorbitaram o tom do discurso, todas as vezes porque os discursos de todos foram significativos. Se o 25 de Abril tem várias «leituras», como alguns costumam dizer, as leituras reveladas mostram quem o lê para a frente e quem o trespá pura e simplesmente.

mente.

Culminando com o discurso do Presidente da República, que não foi do agrado de alguns sectores da Assembleia, o que se reflectiu em algumas ausências na altura dos cumprimentos no Salão Nobre, a longa série de intervenções começaria pelo representante da ASDI, continuando em ordem crescente de representatividade parlamentar (o deputado de «Os Verdes» não obteve tempo para falar).

Magalhães Mota disse um discurso diáfano. Lopes Cardoso removeu agressivamente palavras contra a hierarquia da Igreja e contra o PR, em aparente recado do PS. José Manuel Tengarrinha, recordou o passado e criticou o presente. Azevedo Soares fez o discurso da direita infeliz.

O camarada António Dias Lourenço, num discurso de que publicamos um extracto no «Suplemento», referiu-se aos motivos de preocupação do

momento actual e aos motivos poderosos de confiança.

Fernando Condesso, do PSD, discursou curiosamente, invectivando os «males» de hoje (que são para ele os «males» do socialismo) e, ao mesmo tempo, foi-se colocando de fora de tudo o que a actual situação tem de mau. Na perspectiva, talvez, de quem sente próxima a queda deste governo. José Luís Nunes foi o homem da circunstância e de alguma pompa. Espremido o seu

discurso, deu pouco. Só que não se esqueceu de homenagear especialmente um personagem que nessa noite iria partilhar com outras múmias o desconsolo da Aula Magna: Spínola.

Assistiu ao acto, na sua qualidade de membro do Conselho de Estado, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Nas comemorações da AR, os grandes ausentes, só lembrados por alguns: os capitães de Abril.

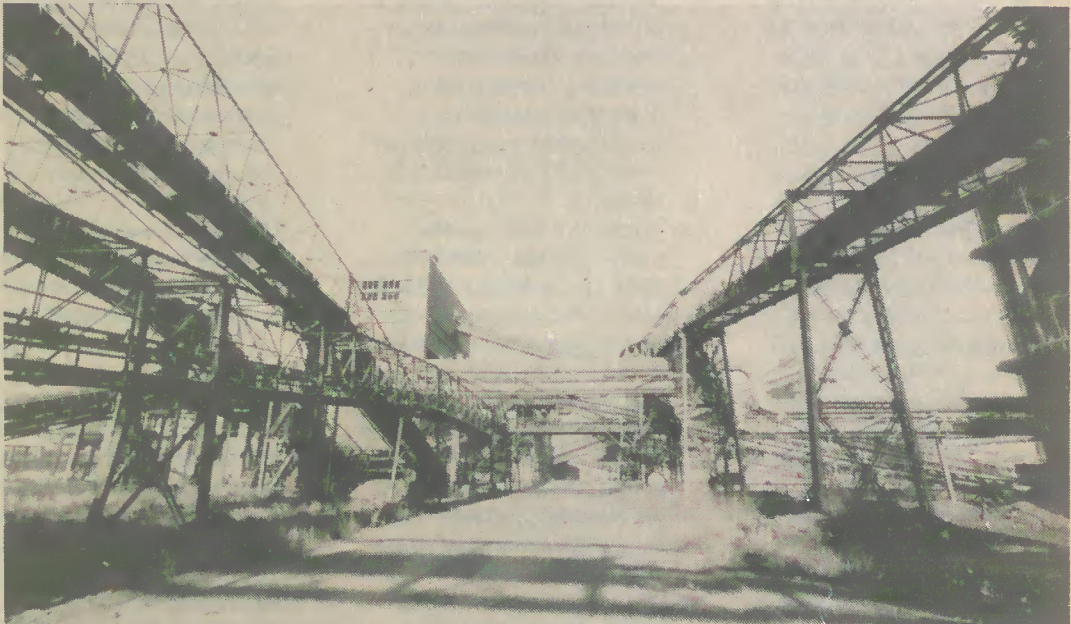
Trabalhadores

Accção sindical LUTAS Actividades

A um dia das comemorações do 1.º de Maio, os processos de negociação das convenções colectivas de trabalho continuam a mobilizar numerosos sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores. O caso da Siderurgia Nacional, onde a luta prosseguia anteontem, é bastante elucidativo sobre o empenho do Governo em substituir negociações legítimas por simulacros de

acordos colectivos, na tentativa de impor limites salariais abusivos, através dos «bons serviços» da UGT. O mesmo se passa especialmente com os CCTVs (contratos colectivos verticais) no sector rodoviário e da celulose, papel, imprensa (não jornalistas). Para amanhã está entretanto marcada uma nova reunião para conciliar posições entre as partes intervenientes na revisão do

CCTV do sector automóvel. Para hoje, as ORTs e os gestores eleitos do sector empresarial do Estado agendaram uma reunião em Lisboa, a fim de analisarem a situação criada pelo Governo nas empresas públicas, nacionalizadas e participadas, designadamente as da metalomecânica pesada, siderurgia, transportes, pescas, celulose e outros ramos importantes da indústria nacional.



Na Siderurgia Nacional, perto de 4000 trabalhadores preteridos num arremedo de revisão salarial. Após um comportamento irresponsável, o conselho de gerência reconhece que o conflito gera — o que não lhe parece absurdo — um prejuízo de cem mil contos, diariamente

• **Siderurgia Nacional: pela legalidade nos salários e na contratação** — Prossegue na sexta-feira o processo de luta na Siderurgia Nacional. Iniciadas em 26 de Abril, as paralisações derivam de um conflito provocado pelo conselho de gerência daquela empresa nacionalizada, que se recusa a viabilizar qualquer solução negociável para o novo acordo de empresa, que como se sabe envolve a revisão dos salários sem discriminações, pelas quais as organizações representativas dos trabalhadores da SN, designadamente a Federação dos Sindicatos do sector metalúrgico e metalomecânico, a COTRA (comissão de trabalhadores) e a comissão intersindical responsabilizam o Governo, o conselho de gerência e os divisionistas.

Com um pré-aviso por tempo indefinido, a greve foi declarada em todas as instalações da empresa. «Os termos e as modalidades práticas da greve serão os que os trabalhadores da SN e a Federação signatária (do pré-aviso) entenderem adequados.» A FSMMP, que invocando os artigos 2.º e 5.º da Lei da Greve marcou as paralisações com três dias de antecedência, tinha subscrito em 3 de Abril um comunicado com a COTRA e a comissão intersindical referindo pelo menos duas reuniões em 27 e 28 de Março deste ano, as quais no seguimento das anteriores não deram quaisquer resultados.

O próprio conselho de gerência reconheceu entretanto, através de um dos seus membros, que havia discriminações nos novos salários que pretendia impor. Embora a comissão negociadora sindical (CNS) tenha envidado todos os esforços de negociação para evitar o recurso às paralisações, a Federação, no dia 28 de Março, anunciava que os aumentos propostos pelo conselho de gerência significavam zero por cento relativamente aos salários em vigor.

Veio a verificar-se depois, com o recurso aos divisionistas, que a maioria dos trabalhadores tinha sido afastada das negociações. Apenas 40 tinham recebido salários aumentados em 18,4 por cento com retroactivos a Janeiro. Segundo veio a público, esse aumento resulta não de um acordo com as organizações representativas, designadamente a CNS, mas com alguns sindicatos da UGT que representam 750 dos cerca de 5 mil trabalhadores da empresa. Na sexta-feira da semana passada, depois de uma paralisação de sete horas no dia anterior, a maioria dos trabalhadores do sector de produção reunia-se em plenário e decidia continuar a luta, paralisando novamente nesse dia entre as zero e as oito horas da manhã.

A greve, os plenários e concentrações foram antecidos de numerosas diligências junto do conselho de gerência e do Ministério da Indústria e Energia. O secretário de Estado desta pasta recusou-se a receber uma delegação sindical.

As organizações representativas procuram resolver o conflito através das vias legais, mas rejeitam o «jogo do em-

purra» que o Ministério e o conselho de gerência se esforçam por instalar.

• **ANOP: Quem são os responsáveis pelas dificuldades?** — Requerendo na quinta-feira ao Supremo Tribunal Administrativo que anule a declaração da empresa em situação económica difícil, a comissão de trabalhadores da ANOP salienta que desde 1978 o Estado deve aquela agência de notícias parte dos subsídios legais. Sem que entretanto tenha sido dado cumprimento por parte dos governos aos estatutos e ao Plano de Investimentos aprovado em 1979, o Governo PS/PSD declara a empresa em situação económica difícil através de uma resolução que, segundo a CT, «viola a lei por erro de facto, e nos seus pressupostos». Como é sabido, este Governo, seguindo as pisadas do anterior, pretende extinguir a ANOP e não lhe atribui as dotações orçamentais previstas, enquanto uma outra agência noticiosa beneficia dos favores do Executivo, que lhe concedeu um «pagamento de serviços de 140 mil contos», refere ainda a CT.

• **Patronato do material eléctrico e electrónico não quer ir além dos 14 por cento:** A associação patronal deste sector (ANIMEE) contrapropôs recentemente 14 por cento de aumento da tabela salarial do CCTV, contrato colectivo de trabalho (vertical), num ramo de actividade que abrange um total de 30 mil trabalhadores e mais de 200 empresas, incluindo as multinacionais que são evidentemente as maiores. A comissão negociadora sindical (CNS), que apresentou em 9 de Abril uma proposta de aumentos salariais de 28 por cento, protesta contra a exiguidade da contraproposta da ANIMEE, que acusa de pretender «alterar um conjunto de 29 cláusulas do contrato em vigor», atentando assim «contra os direitos económicos e sociais dos trabalhadores». A CNS, encabeçada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, salienta que o valor de 14 por cento é «irrealista e provocatório face à inflação, que ultrapassa já os 30 por cento». Por outro lado, a contraproposta patronal é infundamentada economicamente: «O patronato, diz a CNS, esconde a realidade do sector» onde as empresas, «salvo casos pontuais com problemas específicos já de há muito conhecidos, conti-

muam a apresentar elevados lucros e a dar mostras de uma evolução sempre crescente e positiva». Os trabalhadores «estão dispostos a recorrer a formas superiores de luta, como salvaguarda dos seus direitos sociais e económicos», acrescenta a CNS.

• **Hotelaria: 20 por cento nos salários do Algarve; suspensa temporariamente a greve na Madeira** — Obtido um acordo que deu 20 por cento de aumento no conjunto da massa salarial para vigorar 12 meses, os sindicatos desconvoacaram a greve decretada para dois dias (22 e 23 de Abril) nos hotéis do Algarve. Na Madeira, após a suspensão por três dias, a greve pode continuar por aumentos de 27 por cento, sendo possível que o patronato reveja a sua posição.

• **Aveiro: Congresso da União dos Sindicatos** — Marcando para 29 e 30 de Junho próximo o seu primeiro Congresso, a União dos Sindicatos de Aveiro reuniu recentemente o seu plenário que aprovou uma resolução apelando nomeadamente a um grande Primeiro de Maio no distrito.

• **TFP: 10 anos de liberdade sindical** — Sob o lema «Lutar por Maio/Cumprir Abril», as organizações sindicais unitárias dos trabalhadores da Função Pública, com relevo para a Federação Nacional, comemoraram em várias iniciativas a primeira década dos sindicatos dos TFP. Um cartaz aiusivo à data, uma edição, a ela dedicada também pelo jornal da Federação com o «destacável» sobre a primeira «Associação de Classe dos Empregados do Estado», criada há 75 anos, foram parte importante das comemorações dos dez anos de liberdade sindical na Função Pública. «Ao comemorarmos a liberdade, lutamos para que ela se mantenha», salienta o Sindicato dos TFP do Sul e Açores. «Por isso vamos discutir o reforço da nossa organização (eleições de delegados sindicais, sindicalização, reforço financeiro do Sindicato com 1 por cento (aumento da quotização) novos e melhores serviços a prestar aos sócios; por isso vamos discutir o processo reivindicativo, a preparação da nova proposta de carreiras, a estabilidade de emprego, a proposta reivindicativa para 1985» — sublinha a direcção Sul e Açores do Sindicato dos TFP.



Terra

Desemprego nos campos do sul “Planos” do Governo enchem bolsos aos agrários

Uma manobra «enganadora», elaborada exclusivamente para servir os agrários, ludir a opinião pública e tentar travar a luta constante dos trabalhadores desempregados, eis como a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul encara o chamado «plano contra o desemprego» que o Governo se propõe aplicar durante quatro meses nos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal.

Anunciado recentemente por alguns órgãos de comunicação social na sequência de uma reunião dos representantes do Executivo naqueles distritos, o referido «plano» — cujo custo segundo se anuncia atingirá os 160 mil contos — constitui na opinião dos trabalhadores mais um expediente para servir a sua clientela política, um investimento em mão-de-obra imprudente de que não se retirará quaisquer benefícios para o

País visto servirem para efectuar serviços como desmatagens, cair montes, despregas, etc., isto é, um trabalho não produtivo pago com dinheiros públicos de que serão beneficiados apenas os agrários absentistas e sabotadores.

Governo mente

Desmontando ponto por ponto esta artimanha arquitectada nos gabinetes dos ministérios, os Sindicatos Agrícolas consideram-na tanto mais ultrajante quanto se sabe ser acompanhada da descarada mentira de que só existem três mil chefes de família desempregados na região. Com efeito, a verdade é bem diferente: o número de trabalhadores sem emprego actualmente existente nos distritos do Sul ultrapassa os 30 mil, dos quais apenas uma pe-

quena parte recebe subsídio de desemprego.

Classificando de falso o argumento apresentado pelos representantes do Governo para justificar as causas do desemprego e da fome que hoje atingem muitos milhares de famílias no Alentejo, o comunicado aponta como verdadeiras razões para a situação criada a ofensiva desencadeada contra a Reforma Agrária que já roubou mais de 600 mil hectares das melhores terras às UCP's/Cooperativas, milhões de contos de cabeças de gado e outros bens e levou à destruição de 20 mil postos de trabalho. A este desolador panorama não é também alheio o autêntico crime que constitui a sabotagem dos agrários que possuem mais de 200 mil hectares de terras abandonadas (uma boa parte das quais são terras de regadio), dezenas de barra-

gens e charcas na mesma situação, milhares de quilos de azeitona por apanhar, vinhas e olivais arrancados, e por aí fora.

Para os trabalhadores, estas, sim, são as «causas fundamentais» do desemprego e da fome crescentes: o resultado de uma política de recuperação capitalista e latifundista de carácter fortemente repressivo e antipopular, apostada em destruir as conquistas de Abril e o regime democrático.

Existem soluções

Como é óbvio os trabalhadores não se conformam e, ao mesmo tempo que prosseguem a luta para modificar este estado de coisas, não se cansam de apresentar soluções que em sua opinião permitiriam inverter a situação e contribuir para a

resolução da crise. Iniciativas nesse sentido não têm faltado e ainda recentemente em Portalegre, a exemplo aliás do que se passou noutros distritos, foi entregue ao governador civil uma longa lista denunciando os casos de terras e barragens votadas ao abandono.

Lamentando que uma boa parte da comunicação social não dê a devida cobertura às posições dos trabalhadores e se mantenham numa postura indigna de princípios como a isenção e o pluralismo tantas vezes apregoados, os Sindicatos Agrícolas do Sul sublinham a sua intenção de prosseguir e intensificar a luta por um novo governo e uma nova política, única saída — segundo afirmam — para resolver os problemas, acabar com o desemprego, alargar os postos de trabalho e aumentar a produção e a riqueza nacionais.

O atentado terrorista em S. Manços

1. O atentado terrorista cometido em S. Manços, provocando duas vítimas e ocorrendo na véspera da grande jornada do 1.º de Maio e poucos dias após as grandiosas comemorações populares do 25 de Abril, constitui uma nova e repugnante provocação contra a luta dos trabalhadores que põe uma vez mais a claro os objectivos reaccionários dos seus autores materiais e dos respectivos mandantes.

2. É necessário reafirmar que o verdadeiro critério para aferir da colocação e objectivos políticos dos responsáveis por esses crimes é não as siglas que ostentam e as finalidades que demagogicamente proclamam, mas sim a quem aproveitam tais atentados.

3. É também necessário reafirmar que não pode haver a mínima dúvida de que este e outros atentados terroristas surgem, objectivamente, ao serviço da propaganda e das medidas que, com o pretexto do combate ao terrorismo, visam criar novos instrumentos repressivos contra o movimento operário e a luta das forças democráticas.

4. Entretanto, poder-se-ia ter como praticamente certo que os novos instrumentos repressivos que o Governo PS-PSD pretende criar, designadamente os novos serviços de informações, longe de prometerem uma maior eficácia no combate aos actos e grupos terroristas (para o qual existem meios suficientes desde que exista a correspondente vontade política) apenas se destinam a as-

segurar uma mais complexa e perigosa articulação e orquestração das provocações contra os trabalhadores e ao serviço da política de direita.

5. Enquanto sucessivos governos da política de direita se limitam a explorar politicamente os actos terroristas, os trabalhadores e as forças democráticas, primeiros defensores da legalidade democrática e da ordem constitucional, combatem-nos e denunciam-nos desde a primeira hora e de há muito reclamam a pronta desarticulação dos grupos terroristas e o castigo dos responsáveis.

Rejeitando provocações e desmascarando novos e previ-

síveis aproveitamentos do recente acto terrorista, os trabalhadores não se deixarão nem intimidar nem confundir e continuarão a lutar, no quadro dos direitos e liberdades asseguradas pelo regime democrático, pela defesa dos seus interesses vitais e pela solução dos graves problemas nacionais.

30-4-1984

A SIP do PCP

Também o Secretariado da União dos Sindicatos do Distrito de Évora e a Câmara Municipal daquela cidade divulgaram, poucas horas após o incidente, comunicados condenando veementemente o atentado.

Simpósio Internacional

Organizado pela Revista Internacional e pelo Partido Comunista da Dinamarca realizou-se entre 25 e 26 de Abril, em Copenhague, um Simpósio Internacional sobre «o combate dos Partidos Comunistas dos países capitalistas industrialmente desenvolvidos contra os efeitos da crise».

Na reunião estiveram presentes representantes do Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista da Bélgica, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Alemanha (RFA), Partido Comunista da Noruega, Partido Comunista do Canadá, Partido Comunista dos EUA, Partido da Esquerda — Os Comunistas da Suécia, Partido Comunista da Dinamarca e Partido Comunista Português.

O PCP esteve representado por Gorjão Duarte, membro suplente do Comité Central.

Na reunião foram analisadas e discutidas as consequências socioeconómicas da crise do capitalismo sobre os trabalhadores e a população em geral; as diversas formas de luta contra os efeitos da crise; as propostas dos Partidos Comunistas para a saída da crise.

O Simpósio permitiu uma útil e frutuosa troca de experiências entre os diferentes partidos presentes.

Nacional

1.º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Dez anos depois de Abril, a grande festa de Maio voltou às ruas. Uma semana depois da inesquecível jornada das comemorações do 25 de Abril, uma igualmente inesquecível apoteose popular assinalou o 1.º de Maio deste ano. Festa de unidade, festa de luta, o 1.º de Maio teve uma expressão grandiosa, com entusiástica participação popular e reunindo centenas de milhares de trabalhadores que manifestaram o seu protesto vigoroso contra a política de destruição de Abril, objetivo primeiro do Governo PS/PSD. Entusiasmo e combatividade foram notas salientes nas numerosas acções levadas a cabo em todo o País: de Norte a Sul, dos Açores à Madeira. Manifestações e concentrações foram mais de seis dezenas, num conjunto de cerca de 200 iniciativas realizadas pelo movimento sindical unitário e pela CGTP-IN. Maio esteve nas ruas. Para que se cumpra Abril. Para que uma nova política, apoiada pelos trabalhadores, dê novos rumos ao País de Abril, que todos os anos festeja Maio com esperança e com determinação. Tratou-se das mais vastas comemorações de sempre. A reportagem do que se passou em Lisboa vale como símbolo e exemplo do que se passou um pouco por todo o País.

Passava já das 18 horas quando finalmente chegou à Alameda a última parte do gigantesco desfile do 1.º de Maio na cidade de Lisboa. Poderosa afirmação de unidade vivida no 10.º aniversário da Revolução de Abril, o Dia Internacional dos Trabalhadores foi também na capital uma jornada de protesto e luta contra a política de destruição do País e de constante ataque aos direitos de quem trabalha e produz. **Unidade, protesto, luta e também festa** — a festa dos que constituem o património mais valioso do País de Abril, os trabalhadores. Que uma vez mais estiveram presentes em massa na jornada que historicamente lhes pertence e que todos os anos — entrámos agora no 11.º após a jornada libertadora — é comemorada em Lisboa com inegável impacto político. Habitado a dias quentes, geralmente com a Primavera a anunciar o Verão, o 1.º de Maio de 1984 não teve a presença sempre animadora do Sol radioso, mas nem por isso perdeu o brilho e a combatividade dos grandes festejos que desde há 10

anos se vivem em todos os primeiros de Maio por iniciativa do movimento sindical unitário e da grande central dos trabalhadores portugueses — a CGTP-Intersindical Nacional. A concentração para o desfile estava marcada para as 14 e 30, no Martim Moniz. No entanto, muito antes dessa hora, tanto no ponto de arranque da manifestação como ao longo da Avenida Almirante Reis e mesmo na Alameda, se via muita gente para participar na jornada. Nos passeios, nos poucos estabelecimentos abertos, nas varandas e janelas, no metropolitano e nos autocarros, à saída dos barcos no Tejo, à volta da tribuna instalada mesmo em frente da fonte luminosa na Alameda, um pouco por todo o lado era a jornada de Maio que fazia mexer gente de todas as idades que se preparava para viver a festa. Depois, era o desfile que se ia compondo e engrossando. De todas as artérias surgiam rios de gente. Panos e bandeiras, dísticos, carros alegóricos, representações de sindicatos e de empresas integravam-se no cortejo, que iria demorar muito tempo — praticamente toda

1.º MAIO

Grandiosa apoteose popular

a tarde — a desfilar rumo à Alameda, com milhares de trabalhadores das regiões de Lisboa e Setúbal (só concelhos do Norte), acompanhados por largas representações de mulheres, jovens e reformados dos dois distritos. A abrir a manifestação, o concelho da Amadora — «município de Abril» —, integrando os trabalhadores da Sorefame, exemplo da luta abnegada e responsável da classe operária e dos outros trabalhadores pela defesa dos postos de trabalho e pelo desenvolvimento da economia nacional (seriam recordados na Alameda os acontecimentos de 14 de Março em Lisboa — espancamentos a trabalhadores da Sorefame — e as vitórias já alcançadas pelo pagamento de salários, pelos aumentos e pela defesa dos postos de trabalho na empresa). Ainda na primeira parte da manifestação viam-se elementos do Conselho Nacional da CGTP-IN, incluindo Armando Teixeira da Silva, um dos oradores do comício que decorreria depois na Alameda e a que já não assistiu parte significativa das pessoas incorporadas no corpo mais atrasado do desfile — tal foi o tempo que demorou a «subir» a Almirante Reis.

Os inconfundíveis «noivos» Soares e Mota Pinto, numa caricatura bem conseguida, com «cabeçudos» assinalando a aliança PS/PSD contra os trabalhadores e as conquistas de Abril, os carros alegóricos com «quadros» ao vivo denunciando a repressão a soldo do Governo e do patronato contra os trabalhadores, panos e dísticos de numerosas empresas (Cel-Cat, Cabos Ávila, Covina, SRN, Cometna, Fiat, FMAC, entre dezenas e dezenas de outras), de sindicatos e sectores profissionais, eram presença saliente no conjunto do imenso desfile, que incluía uma grande representação de trabalhadores dos concelhos do Norte do distrito de Setúbal — onde os salários em atraso atingem presentemente, a nível distrital, cerca de 20 mil trabalhadores num total de 2 milhões de contos de dívidas. Pouco depois das 16 horas chegava a cabeça da manifestação, vivamente saudada pelos milhares de pessoas que entretanto já se encontravam na zona da Alameda. Começaria depois o comício propriamente dito, uma vez que a programação da tribuna já havia começado anteriormente com as

canções do grupo Cantaril, de Almada, e com a entrega dos troféus do torneio distrital de futebol para apuramento da equipa que representará Lisboa no torneio «Alavanca» (trata-se do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Urbanos) e da Corrida Internacional 1.º de Maio, iniciada da CGTP, que este ano reuniu mais de 1500 participantes incluindo atletas de países socialistas.

Além de uma saudação aos jovens e mulheres lida por Cândida Carvalho, do Departamento de Juventude da União dos Sindicatos de Setúbal, e de uma curta intervenção de um representante do povo da Nicarágua presente nesta jornada (Joseph Pazos, vice-chefe do Departamento Internacional da Frente Sandinista), que salientou o significado da luta do povo da Nicarágua contra o imperialismo norte-americano — momento vibrante, acompanhado dum forte sentimento de solidariedade internacionalista para com um povo que prossegue uma luta heróica na América Central —, o comício registou as intervenções de **Florival Lança**, do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa, e de **Armando Teixeira da Silva**, dirigente nacional da CGTP, ambos em nome da comissão organizadora das comemorações do 1.º de Maio de 84 (Conselho Nacional da Inter, USL, USS e Cintas Industriais de Lisboa e Setúbal). Florival Lança falou sobre a situação dos trabalhadores das duas regiões, como consequência da política de desastre e miséria do Governo PS/PSD. Por seu turno, Armando Teixeira da Silva, depois de evocar o exemplo de trabalhadores que «tombaram sob as balas assassinas das forças policiais» (Caravela,

Casquinha — 1979, em defesa da Reforma Agrária; Mário Emílio e Pedro Vieira, no 1.º de Maio de 82 no Porto) — interrogando: «quando se sabe quem matou e às ordens de quem? Que responsabilidades se procuram encobrir? Onde estão os resultados dos inquéritos?» — falou sobre a situação dos trabalhadores e do País, sobre política do Governo e as suas consequências no plano económico e social, destacando em várias passagens do discurso





a profunda ligação dos trabalhadores portugueses ao significado libertador do 25 de Abril. A terminar, diria Armando Teixeira da Silva: «Vamos continuar a lutar pelo pagamento dos salários em atraso, contra os despedimentos e o desemprego, contra o aumento do custo de vida, por aumentos salariais justos, pela defesa do sector nacionalizado e da Reforma Agrária, pelos direitos e liberdades constitucionais, contra a repressão, pela democracia, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

«A CGTP-IN declara, desde já, que desenvolverá as acções necessárias para combater qualquer tentativa de limitar o direito à greve, de «liberalizar» os despedimentos ou de se impor ao povo uma nova escalada de aumentos dos preços de bens essenciais. «A CGTP-IN não hesitará em recorrer às formas de luta superiores que a situação exija, para conseguirmos uma nova política e um novo Governo que resolva os problemas do povo e do País.»

No desfile do 1.º de Maio participou como delegação do PCP que integrava, além de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, José Vitoriano, da Comissão Política; Luísa Araújo, suplente do Secretariado; Júlio Filipe, da DORL e do CC; Conceição Morais, da DORS e suplente do CC; e João Neves, da Direcção Regional de Setúbal.

Resolução

Ainda durante o comício seria aprovada uma resolução (lida por Edmundo Gonçalves, da Cintura Industrial de Setúbal), que refere:

«As comemorações do 1.º de Maio deste ano revestem-se de grande significado político. Para além de ser uma grande jornada de unidade e luta, este 1.º de Maio é o 11.º ano que se está a comemorar em liberdade, embora todos os governos de 1976 a esta parte, tudo tivessem feito para reduzir as liberdades sindicais e democráticas. Dez anos depois aqui estamos na rua, tal como em 1974, nesta grandiosa manifestação, dizendo que não é com este governo PS/PSD e com a sua política que conseguiremos ter um Portugal de Abril. Pelo contrário a manutenção do governo Mário Soares e Mota Pinto no Poder significa a ruína da política económica, o agravamento das condições de vida e de trabalho, o desemprego, a repressão, a violação constante da Constituição, numa só palavra significa a destruição das conquistas do 25 de Abril e do regime democrático.

«Até hoje nunca um governo conseguiu em tão pouco tempo fazer uma política tão desastrosa, tentando levar Portugal económica e socialmente para um beco sem saída, como o Governo de Mário Soares e Mota Pinto, cujos objectivos centrais são a liquidação das conquistas de Abril, a reconstituição dos monopólios e do seu poderio político. «Os trabalhadores e o Povo português sentem já na pele as graves

consequências da política de recuperação monopolista e de enfeudamento aos interesses do imperialismo americano, pondo em risco a independência nacional, transformando Portugal numa república das bananas.

«Nos distritos de Lisboa e Setúbal mais de 55 mil trabalhadores têm salários ou outros subsídios em atraso. «O encerramento ou tentativas de encerramento de empresas aparece todos os dias, casos como a Tobom, a CPP, a Gelmar, a CTM, a Anop, a Bertrand, etc.

«A tentativa levada a cabo pelo Governo PS/PSD para dismantelar o sector público e nacionalizado, entregando os sectores rentáveis das empresas ao capital privado, no sentido da destruição das nacionalizações. São exemplo disso a CP, a RN, a Quimigal, etc.

«Todas estas situações colocam os trabalhadores numa situação extremamente difícil confrontando o desemprego, a fome e a miséria.

«Para colocar em prática esta política o Governo de Mário Soares e Mota Pinto serve-se da comunicação social para silenciar a voz dos trabalhadores e das forças de repressão para prendê-los e reprimi-los.

«Perante esta situação, nem a repressão, nem a manipulação dos órgãos da comunicação social, nem o agravamento das condições

de vida, nem o espectro do desemprego, da fome e da miséria têm vergado os trabalhadores. Pelo contrário, estes têm dado a resposta pronta a todas as acções lesivas para os trabalhadores que o Governo PS/PSD tem desenvolvido.

«Neste campo destacam-se as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, com especial destaque para os trabalhadores de Setúbal, que nestes últimos meses têm desenvolvido acções no sentido da resolução dos seus problemas imediatos e conjuntamente com todos os trabalhadores a nível nacional reclamarem uma nova política e um novo governo que tenha em conta os problemas dos trabalhadores e do País, isto é, um governo e uma política democrática e nacional, que respeite o texto da Constituição e o 25 de Abril.»

Assim, os trabalhadores presentes nesta grandiosa manifestação do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, decidem:

1. Saudar todos os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal pela forma firme e determinada com que têm desenvolvido a luta contra esta política e este Governo e pela resolução dos seus problemas concretos.

2. Continuar decididamente a luta em defesa do Sector Empresarial do Estado, já que o mesmo constitui o sector fundamental para a ultrapassagem da crise, e é

por isso o garante do desenvolvimento independente de Portugal. 3. Continuar a luta firme contra o aumento do custo de vida duma forma mais geral, e em particular, contra os aumentos nos transportes e no pão. 4. Intensificar a todos os níveis e formas de luta as acções nas empresas, nos sectores dos distritos de Lisboa e Setúbal pela resolução dos problemas concretos dos trabalhadores, pela demissão deste Governo e da sua política, por uma alternativa democrática e nacional.

5. Protestar veementemente contra a prisão ilegal e arbitrária de 300 dirigentes e activistas sindicais junto à residência oficial do Primeiro Ministro. 6. Manifestar ao Conselho Nacional da CGTP-IN, e ao acordo com a resolução aprovada no Plenário Nacional de 28 de Março de 1984, a nossa inteira disponibilidade no sentido de desenvolvermos todas e quaisquer formas de luta que venham a ser determinadas com o objectivo fundamental dum novo governo e duma nova política que faça voltar Portugal aos caminhos do desenvolvimento, da Paz e do progresso social.

Paulo de Carvalho e o grupo «ÓqueSontem» animaram o espectáculo de encerramento da jornada na Alameda, onde Maria do Céu Guerra leu poemas de Ary dos Santos.



PCP

Barreiro inaugura novo Centro do PCP

Ao aproximar-se a hora do comício — ponto alto do vasto programa organizado por ocasião da inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP no Barreiro — a vila fervilhava de gente. Quem não conhecesse o caminho podia estar desancado, nem era preciso perguntar, bastava seguir a multidão, aproximar-se do som da música. Gente de todo o distrito tinha-se juntado aos barreirenses e a festa era na rua. Nem poderia ser de outro modo, pois o recinto do comício e os espaços dentro de ambos os Centros de Trabalho, o velho e o novo, não davam para albergar tamanha multidão. Por outro lado, a alegria da rua dava bem a ideia de que esta inauguração, que foi ao mesmo tempo a comemoração de uma data ocorrida precisamente há dez anos, pertencia não apenas aos militantes comunistas, mas aos barreirenses que a festejavam.

Por entre o entusiasmo popular se atravessava a vila em direcção ao recinto para onde o comício estava marcado. As aglomerações eram maiores em frente ao Centro de Trabalho «velho» e compactas junto ao novo. A campanha de fundos estava também na rua e muita gente comprava autocolantes ou deixava simplesmente dinheiro nas bandeiras vermelhas que, aqui e ali, camaradas

mostravam solicitando um contributo.

A chuva fez a sua aparição, primeiro em grossos pingos espessos e a multidão dizia-se que não ia ser grande coisa, nem dava para fazer assentar a poeira. Depois a água começou a cair do céu com alguma força. Era como se fosse de propósito, pois começava o comício após o espectáculo que o palco tinha abrigado. Mesmo assim e durante muito tempo ninguém arredou pé, começando a haver algumas curtas clareiras mais para o fim. A camarada que anunciava os oradores e que fez a apresentação da «mesa» chamou o secretário-geral do Partido, o membro da Comissão Política e do Secretariado Joaquim Gomes, Carlos Ramilides, suplente da CP e responsável da DORS, Carlos Humberto, da DORS, a Comissão Concelhia do Barreiro e os jovens do Colectivo da JCP da Quimigal. A chuva como a multidão, os camaradas tomaram lugar sobre o estrado.

Tomou primeiro a palavra o camarada Jorge Pires, da Comissão Concelhia do Barreiro que sublinharia a data como um marco histórico do Partido e da população do concelho, pois há dez anos abria-se ali o primeiro Centro de Trabalho do PCP. Recordou a Assembleia Concelhia onde, por unanimi-

dade, os delegados haviam aprovado, em 1977, o que então parecia um sonho — uma campanha de fundos para que o novo Centro viesse a concretizar-se.

Referiu depois o andamento da campanha ao longo dos últimos anos, as diversas iniciativas e os milhares de horas de trabalho voluntário com que o Partido contou para erguer o Centro de Trabalho, destacando um camarada que ficou a simbolizar o trabalho de todos, o camarada Carlos Alberto, «presente desde a primeira hora».

Depois de falar também sobre o actual momento político, o orador cedeu a palavra a um camarada da JCP que foi ler uma saudação dos jovens comunistas da Quimigal, saudação que continha também apreciações sobre a grave situação dos jovens trabalhadores e vigorosa crítica às perseguições aos jovens contratados a prazo.

Foi ainda sob uma chuva intensa que o secretário-geral do Partido, camarada Alvaro Cunhal, que desde a manhã se encontrava no Barreiro para participar no programa da inauguração, tomou a palavra, com um discurso que hoje aqui publicamos. No final parou a chuva. Que fizera assentar a poeira mas não o entusiasmo e a alegria.



Intervenção de ALVARO CUNHAL

Uma alternativa democrática será encontrada

Camaradas: Hoje é um dia grande para o nosso Partido e para os trabalhadores e o povo do Barreiro.

É um dia em que a lembrança do primeiro Centro de Trabalho aberto logo depois do 25 de Abril e a inauguração de um novo e magnífico Centro de Trabalho do PCP assinalam dois marcos significativos a testemunhar e a assinalar a luta dos comunistas do Barreiro ao serviço do povo e do País, a sua contribuição para a construção da democracia portuguesa criada pela Revolução de Abril.

É um dia em que os trabalhadores e o povo do Barreiro confirmam com confiança e alegria que **o Barreiro continua a ser, como sempre foi, uma fortaleza inexpugnável da classe operária, da liberdade, da democracia e do socialismo.**

O dia de hoje mostra uma vez mais que **os trabalhadores e o povo do Barreiro estão com o seu Partido, o PCP** — que essa união do Partido com o povo é indestrutível e que, tal como sempre assim foi, sempre assim será.

A grande iniciativa que hoje aqui estamos vivendo realiza-se num momento particularmente significativo da vida nacional.

Realiza-se apenas 3 dias depois dessa extraordinária e colossal demonstração da vontade popular que foi o 10.º aniversário do 25 de Abril. Creio, camaradas, que todos viverão o dia de hoje fortalecidos, enriquecidos e estimulados por **essa maravilhosa jornada de festa e luta** que foi o 25 de Abril de 1984.

Realiza-se apenas 3 dias antes de uma nova jornada, a do 1.º de Maio, que (estamos absolutamente certos) será uma nova e poderosa demonstração de que os trabalhadores e o povo estão firmemente determinados a defender e a continuar Portugal de Abril.

O Barreiro operário a CUF e a exploração de gerações

Nos longos e negros anos da ditadura, o Barreiro, «a vila vermelha», tornou-se um símbolo da combatividade da classe operária e do seu papel de vanguarda na resistência antifascista.

Grande centro industrial, o Barreiro foi simultaneamente um grande centro de concentração operária e o viveiro do capitalismo monopolista.

O nome do Barreiro ficou ligado à história de exploração, acumulação, concentração e centralização capitalistas, de que resultou a formação do maior grupo monopolista português: o **grupo CUF**.

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974 o Grupo CUF integrava directamente mais de uma centena de empresas, com participação e posições em numerosas outras.

As suas actividades estendiam-se aos mais variados ramos: a indústria química, a refinação de petróleo e a petroquímica, a metalurgia e a metalomecânica, a construção e reparação naval, os transportes marítimos, a indústria de material eléctrico, as minas, a celulose, a têxtil, os tabacos, a indústria alimentar, o comércio, os hotéis, os restaurantes, os casinos, e muitos outros e variados ramos, tendo como instrumento de cúpula, consagrando o capital financeiro, a banca e os seguros.

O capital social das empresas da CUF correspondia a mais de uma décima parte do capital social de todas as sociedades existentes em Portugal.

A CUF tornou-se um verdadeiro potentado, um verdadeiro império industrial e financeiro.

Donde proveio esse monumental conjunto de fábricas, de estaleiros, de navios, de edifícios, de capitais, propriedade de uma só família: a família dos Mellos? Qual a origem de tão monumental riqueza?

Uma vez que a única fonte do capital é o trabalho, é completamente exacto dizer-se que o império dos Mellos, a fortuna dos Mellos, se criou, se formou, se engrandeceu, na base da exploração de gerações e gerações de trabalhadores do Barreiro, a que se juntaram depois, sugados pelos mesmos exploradores, trabalhadores de todas as partes do País e também povos das antigas colónias portuguesas para onde se foram estendendo os tentáculos do grupo monopolista da CUF.

O nome do Barreiro ficou assim ligado ao mais adiantado processo de exploração capitalista, ao processo de acumulação do capital e das grandes fortunas à custa do trabalho, do suor, do sofrimento, das lágrimas de milhares e milhares de trabalhadores.

A democracia política e a liquidação dos monopólios

Estas palavras relativas ao processo económico da formação do capital e dos monopólios não chegam, porém, para caracterizar todo o processo da formação do Grupo CUF, tal como dos outros grupos monopolistas existentes à data do 25 de Abril de 1974.

A exploração dos trabalhadores, os lucros exorbitantes, a acumulação, a concentração e a centralização de capitais verificaram-se, não apenas pela dinâmica da economia capitalista, mas pela intervenção brutal e repressiva durante dezenas de anos da ditadura fascista e dos seus governos.

O nosso Partido definiu justamente a ditadura fascista como o governo terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Foi isso de facto a ditadura fascista.

A ditadura fascista, os governos de Salazar e Caetano, não foram mais do que a expressão do poder político dos monopolistas e latifundiários: dos Mellos, dos Espírito Santo, dos Champalimaud, dos Quinás, dos Jorge de Brito, dos Pinto Magalhães, dos Vinhas, e de outros.

A liquidação das liberdades, a censura à imprensa, a proibição dos direitos de falar, de se associar, de reunir, de fazer greve, as perseguições e as torturas, as condenações e as prisões sinistras, os assassinatos, eram as armas do grande capital e dos latifundiários para abafarem a resistência popular, imporem a exploração mais brutal dos trabalhadores, para amontoarem fortunas de milhões e milhões de contos.

No Barreiro sabe-se bem, por experiência própria, como os Mellos e outros capitalistas se socorriam do governo, da PIDE, da GNR,

para tentarem dominar a corajosa resistência dos trabalhadores e do povo em geral.

Ditadura fascista e poder económico do grande capital e dos latifundiários foram inseparáveis.

Por isso, no tempo do fascismo, o nosso Partido sempre considerou, e considerou justamente, que a liquidação da ditadura fascista tinha necessariamente que significar a liquidação da organização económica criada pelo fascismo e que passou a ser a sua determinante, ou seja, a liquidação dos monopólios e dos latifúndios.

Com as nacionalizações e a Reforma Agrária, a Revolução democrática portuguesa confirmou inteiramente as análises, orientações e previsões do nosso Partido.

Nas condições de Portugal, a **instauração da democracia política significou também a conquista de direitos fundamentais pelos trabalhadores, as nacionalizações e a Reforma Agrária, e portanto a transformação das estruturas económicas do País, a transformação da organização económica portuguesa e das relações de produção em vastos sectores da economia nacional.**

Se os monopólios não tivessem sido liquidados, se as nacionalizações e a Reforma Agrária não tivessem sido realizadas, de há muito os antigos potentados fascistas do capital e da terra teriam liquidado a democracia.

Na democracia portuguesa conquistada com o 25 de Abril e consagrada na Constituição, **as liberdades e direitos dos cidadãos, nomeadamente os direitos alcançados pelos trabalhadores, são inseparáveis das estruturas socioeconómicas libertadas dos monopólios e dos latifúndios.**

Por isso o nosso Partido insiste em que **a defesa e garantia das liberdades e direitos é inseparável da defesa, consolidação e dinamização das nacionalizações e da Reforma Agrária.**

A política de restauração monopolista no processo contra-revolucionário

O conflito central que nos últimos 9 anos divide e opõe as forças políticas portuguesas trava-se em torno desta questão essencial.

O conflito trava-se entre aqueles que a par das liberdades democráticas e dos direitos dos trabalhadores, para a solução dos problemas nacionais e o desenvolvimento, exigem que sejam apoiadas e dinamizadas todas as formações económicas existentes — sector nacionalizado, sector privado, UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, pequenas e médias explorações agrícolas e empresas industriais e comerciais —; e aqueles que têm como **objectivo fundamental a liquidação das grandes conquistas de Abril e a restauração dos monopólios e dos latifúndios.**

A política contra-revolucionária de sucessivos governos desde 1976, a começar no governo PS sozinho de Mário Soares, tem sido inteiramente submetida a este objectivo fundamental.

Com esse objectivo fundamental viola-se a Constituição e a legalidade democrática e limitam-se e atingem-se as liberdades e direitos dos cidadãos.

Com esse objectivo fundamental, ao mesmo tempo que se atribuem aos antigos monopolistas centenas de milhões de contos e se lhes abre o caminho à reconquista das suas posições e privilégios, intensifica-se a exploração dos trabalhadores, congelam-se salários, generalizam-se os contratos a prazo, decretam-se despedimentos em massa, aumentam-se incessantemente os preços, agravam-se até um nível de miséria as condições de vida do povo, designadamente das camadas mais desfavorecidas como os reformados e deficientes, desintegram-se e destroem-se empresas, provoca-se a ruína dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, faz-se baixar a produção nacional, fazem-se ao imperialismo concessões gravosas da nossa independência, contraem-se no estrangeiro dívidas tão colossais que grande parte dos nossos recursos são absorvidos pelo pagamento dos juros, e a economia portuguesa é hipotecada e estrangulada e o futuro de Portugal é gravemente comprometido.



A política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e de restauração monopolista conduzida por sucessivos governos, intensificada pelo Governo «AD» e prosseguida e agravada pelo actual Governo PS/PSD de Soares e Mota Pinto, é uma política de destruição da democracia portuguesa, de destruição das conquistas de Abril, e uma política de verdadeiro desastre nacional.

É, em resumo, uma política não apenas reacçãoária, mas contra-revolucionária.

O conflito central que opõe as forças políticas e sociais portuguesas é o conflito entre o Governo PS/PSD e os que lutam pela sua urgente demissão, é a luta entre o grande capital (associado ao imperialismo) e os grandes latifundiários e o Governo que os serve de um lado, e a maioria esmagadora do Povo português do outro, é a luta entre a contra-revolução e a democracia portuguesa conquistada com a Revolução de Abril.

Nós não temos qualquer dúvida em que, apesar da irregularidade desta luta, a contra-revolução será derrotada, os direitos dos trabalhadores, as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades serão defendidas, **Portugal de Abril vencerá!**

Urgente a demissão do Governo PS/PSD

O Governo Soares/Mota Pinto não se limita a prosseguir as ofensivas contra as conquistas democráticas com o objectivo de restau-

ração dos monopólios e dos latifúndios. É manifesto que Mário Soares, renegando explicitamente as suas promessas e ideias democráticas e socialistas e transformado em líder das forças reacçãoárias pretende alcançar esse objectivo num curto espaço de tempo.

Já não se fala de recuperação económica. Já não se fala de «coexistência competitiva» entre o sector público e o sector privado, com que nos enchia os ouvidos a propaganda soarista. Agora a política do Governo, como salientou o X Congresso do nosso Partido, é uma autêntica cruzada carregada de ódio, contra os direitos dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, uma cruzada de espoliações e transferência forçada para as mãos dos antigos monopolistas de bens e participações do Estado, de empresas nacionalizadas, de capitais disponíveis. O essencial da política do Governo é uma operação gigantesca de ilegalidades, violências, rapinas e fraudes para intensificar a exploração dos trabalhadores, para estimular a rápida acumulação de capitais, o refazer das grandes fortunas dos multimilionários, a reconstituição dos monopólios fascistas, da sua exploração do trabalho dos portugueses e do seu domínio sobre a economia nacional.

Falando dos Mellos, Mário Soares já declarou em público que tinha para com eles uma dívida de gratidão, vinda do tempo do fascismo.

É legítimo perguntar por que razão os Mellos da antiga CUF protegiam e ajudavam o dr. Mário Soares no tempo do fascismo. E é legítimo afirmar que nenhum governante pôde fazer leis que restaurem privilégios, liquidar empresas nacionalizadas, dispor dos bens do Estado, para pagar favores pessoais de antigos monopólios fascistas.

Foi pela mão do actual Primeiro-Ministro que os Mellos voltaram a Lisnave. Concessões atrás de concessões, além dos milhões que lhes foram entregues a título de indemnizações, já lançaram mão da Metalúrgica Luso-Italiana, da Uniteca Valongo, da Uniteca Estarreja, da CIFA, da Mondex, da Calceix, da Ritex, da Outex, e prepararam-se para criar de novo as suas sociedades financeiras e os seus bancos.

Exemplo da escandalosa protecção do Governo à restauração do monopólio dos Mellos é a concessão pelo Banco Pinto & Sotto Mayor à M-D-M (Sociedade de investimento ligada aos Mellos) de um empréstimo de 350 mil contos, a 5 anos, com a taxa de 28% quando a taxa normal dos empréstimos é de 31,5% e quando a própria taxa de depósitos a prazo a mais de 1 ano é de 30%.

O processo de reconstituição do grupo monopolista dos Mellos, tal como de outros grupos monopolistas do tempo do fascismo, está em curso.

E nós uma vez mais lembramos que segundo a Constituição não podem ser restaurados os monopólios e as nacionalizações são irreversíveis.

Os trabalhadores e o Povo português continuam e continuarão a luta em defesa das conquistas de Abril e os trabalhadores e o povo do Barreiro, designadamente os trabalhadores da Quimigal, continuam e continuarão a luta em defesa das nacionalizações e das outras conquistas democráticas.

Esta política de restauração dos monopólios fascistas prosseguida pelo Governo traduz-se não só pela crise económica e o caminho para o desastre, mas no agravamento brutal, planificado e criminoso das condições de vida dos trabalhadores e do Povo português. De 150 a 200 mil trabalhadores com salários em atraso, mais de 500 mil desempregados, dos quais a maioria são jovens, a continuação de despedimentos em massa, os preços já monstruosos que continuam a subir cada dia, e como resposta às justas reclamações populares, as ameaças constantes, as limitações e violações das liberdades, a manipulação odiosa da Comunicação Social, os pactos antidemocráticos, os novos Serviços de Informação, e as cada vez mais frequentes intervenções e cargas brutais da Polícia de Intervenção e outros corpos especiais de repressão.

Traduz-se também na busca pelo Governo, designadamente por Mário Soares, de ajudas externas à sua política, a troca de concessões políticas, diplomáticas, económicas e militares ao imperialismo,

designadamente ao imperialismo norte-americano, concessões que tornam o Governo português um instrumento da política de intervenção, de intriga internacional e de guerra do governo de Reagan.

O Governo Mário Soares/Mota Pinto está conduzindo o povo à miséria e à fome e a economia ao desastre, põe em perigo a democracia, compromete a independência e a segurança nacionais.

O Governo Mário Soares/Mota Pinto não serve, nem ao povo, nem à democracia, nem ao País.

É imperativa e urgente a sua demissão.

Os partidos coligados no Governo têm é certo uma maioria de deputados na Assembleia da República. Mas também a «AD» tinha uma tal maioria e foi para a rua. Não será a maioria de deputados que actualmente ainda tem que salvará o Governo da derrota. **Com a luta do povo, tal como o Governo «AD», também o Governo Mário Soares/Mota Pinto irá para a rua!**

Eleições presidenciais e demissão do Governo

Quando se reclama a demissão do Governo e se aborda o problema de uma alternativa democrática, frequentemente se fala nas eleições presidenciais. E muitas pessoas manifestam certa impa-

ciência pelo facto de o nosso Partido não adiantar ainda o nome de um candidato, nem se pronunciar acerca do qual ou quais candidatos seriam os melhores.

Nós não compartilhamos dessa impaciência.

Certamente que, desde já, é necessário insistir — e o nosso Partido tem insistido — em alguns aspectos da questão.

O primeiro, é que **a tarefa principal será certamente derrotar o candidato ou os candidatos reacçãoários, sejam Mário Soares, seja Freitas do Amaral, seja Mota Amaral, sejam outros que tal.**

O segundo, decorrente do primeiro, é que a Democracia está interessada, não em apresentar um candidato para perder as eleições, mas em **assegurar um candidato para ganhá-las.**

O terceiro, decorrente do segundo, é que se **impõe escolher um candidato que recolha o consenso de todos aqueles partidos, forças e correntes de opinião cujos votos terão de convergir finalmente para assegurar a vitória.**

É com tal perspectiva que se desenvolve a actividade do nosso Partido no que respeita às eleições presidenciais.

Temos razão para não ter muita pressa nem impaciência.

Porquê?

Em primeiro lugar porque as eleições presidenciais deverão realizar-se em fins de 1985, e em fins de 1985 a situação será então certamente muito diferente do que é actualmente e que, portanto, as eleições presidenciais se apresentarão no que respeita a candidatos em termos diferentes do que actualmente se colocam.

Em segundo lugar, nós perguntamos: poderá o nosso povo esperar que seja das eleições presidenciais que resulte a possibilidade de uma alternativa democrática? Poderá o Povo português esperar o resultado das eleições presidenciais de 1985 para que o Governo PS/PSD seja demitido?

A tais perguntas, respondemos: — Não. O povo não pode suportar e não suportará o actual Governo ainda mais quase dois anos. **A demissão do Governo PS/PSD é uma tarefa urgente — imediata se possível.**

Com a luta do povo, ou o Governo PS/PSD se demitirá, ou será demitido muito antes das eleições presidenciais.

Por isso, embora diligentemente desde já com vistas às eleições presidenciais de 1985, todos os esforços se devem conjugar para que o Governo PS/PSD vá para a rua o mais depressa possível.

O completo fiasco das «comemorações oficiais»... contra o 25 de Abril

Se não bastasse a própria política e actuação do Governo PS/PSD, aí estão as comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, para mostrar que este Governo está contra as conquistas democráticas essenciais, para mostrar o carácter contra-revolucionário dos seus objectivos.

As comemorações expuseram à vista de Portugal e do mundo que **Mário Soares e o seu Governo se colocam abertamente contra o 25 de Abril, que nessa sua política buscam e encontram o aplauso das forças mais reacçãoárias, das forças do passado, mas encontram pela frente a firme e exaltante luta em defesa do 25 de Abril da esmagadora maioria do Povo português que olha com confiança o futuro.**

O Governo Mário Soares/Mota Pinto não convidou um único militar de Abril nem representantes das forças democráticas para a Comissão Organizadora das «comemorações oficiais». Mas, a par de Freitas do Amaral e de vários outros reacçãoários inimigos declarados do 25 de Abril, resuscitou, para presidir às «comemorações oficiais», o general Spínola, ou seja aquele que, a partir dos altos cargos que o MFA lhe confiara, foi chefe e organizador de várias tentativas de golpes contra o regime democrático.

Mário Soares apareceu bem ao lado de Spínola ressuscitado no 10.º aniversário da Revolução. O facto não traduz apenas a posição actual e a natureza da política actual do secretário-geral do PS. Não traduz apenas as suas intenções do futuro. Coloca também de novo a necessidade de novo exame do passado desde 10 anos, ou seja, a questão de saber quais eram os compromissos de Mário Soares com Spínola em várias datas, nomeadamente no 28 de Setembro e no 11 de Março.

Nem toda a história desde o 25 de Abril está ainda escrita. Há ainda muitas situações encobertas pelo véu de declarações hipócritas e oportunistas feitas na época dos acontecimentos. As comemorações do 10.º aniversário levantam mais algumas pontas ao véu. E um dia saltará à evidência que muitos que ante a derrota das tentativas de golpe se condenaram em palavras estavam comprometidos nelas até à ponta dos cabelos.

E o que foram as «comemorações oficiais» organizadas pelo Governo PS/PSD que pretendiam ter o exclusivo e o monopólio das comemorações?

Tirando a parada militar, que, além do mais, por tradição se legitimava, o resto foram autênticas palhaçadas e fiscos contra o 25 de Abril.

Foram sessões às moscas. Foram grandes e anunciados concursos de dança com 4 pares. E outros concursos de dança terminando à pancadaria. Foram tentativas de ocupação do espaço completamente submergidas pela vaga humana das comemorações populares. Foi até uma banda das comemorações oficiais que, rodeada pelo povo e ensinada pelo povo, acabou por tocar no meio do coro imenso a «Grândola, Vila Morena».

E foi esse fiasco monumental das bandas militares da 6.ª esquadra americana e de outros países da NATO — vindas nessa data como um insulto a Abril e à pátria portuguesa e como uma tentativa de mostrar o grande apoio dos EUA e da NATO a Mário Soares — a desfilarem nas ruas ladeadas por polícias entre a indiferença de quem passava e a tocarem depois em pavilhões e recintos semidesertos.

E tal fiasco foi tão completo e total que já por aí se conta que os bravos músicos da NATO, ao regressarem aos seus países, ou informaram tontamente os seus Comandos de que afinal, porque não tiveram assistência, ninguém em Portugal está com o 25 de Abril em cujas comemorações vinham participar, ou então (e se o disserem falarão verdade) que afinal já não se vê quem apoie este Governo.

E quanto à grande sessão solene? Dessa grande sessão solene



organizada pelo Governo o que nos mostrou a Televisão? Uma tribuna que parecia uma montra de múmias empalhadas e 5 filas de assistência, apenas 5 filas, porque a partir das 5 filas de ministros e altos funcionários e reacções, o resto estava às moscas.

O Governo quis monopolizar a data para realizar uma jornada contra o 25 de Abril.

O fiasco completo das «comemorações oficiais» constitui uma derrota política para o Governo PS/PSD que terá profundas consequências na situação nacional e que apressará a sua queda.

As gigantescas comemorações populares

Mostrando o seu ódio ao 25 de Abril, o Governo PS/PSD fez tudo para impedir as comemorações populares do 10.º aniversário.

Pretendeu monopolizar as principais praças e ruas, designadamente de Lisboa e Porto, e, com programas que considerava espectaculares, proibir aí as comemorações populares.

Arrancaram e destruíram centenas de panos e cartazes, em alguns casos com apoio directo da GNR. Apagaram inscrições e murais, onde quer que se lia «25 de Abril sempre» — considerada frase subversiva. Publicaram notas intimidatórias. Proibiram sessões, plenários, colóquios e almoços e jantares de confraternização.

Mas que mostraram os factos?

Os factos mostraram que nada consegue abafar a vontade do povo unido e decidido à luta. Abril ensinou que «o povo é quem mais ordena». E nas comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril foi o povo quem mais ordenou.

Em contraste com a mascarada ridícula e fúnebre das «comemorações oficiais» do Governo de Mário Soares/Mota Pinto, o povo em massa, com os militares de Abril e com democratas e patriotas de todas as tendências, fez do 10.º aniversário o mais grandioso aniversário da Revolução dos cravos e uma das mais grandiosas jornadas de festa e de luta que jamais Portugal viveu.

Em contraste com a mascarada ridícula e fúnebre das «comemorações oficiais» do Governo de Mário Soares/Mota Pinto, milhões de portugueses, com as forças democráticas, com os militares de Abril, vitoriam de Norte a Sul a data gloriosa, mostraram com combatividade desbordante a sua determinação de lutar para assegurar o futuro democrático e progressista de Portugal.

São milhares e milhares de iniciativas por toda a parte.

Grandes manifestações, concentrações, comícios e sessões, desfiles, cortejos, caravanas em cidades, nas vilas, nas freguesias.

Sessões e plenários nas empresas.

Inauguração de obras sociais, concertos, espectáculos, festivais desportivos e de ginástica, manhãs infantis, exposições, bailes, jantares e almoços de confraternização, largadas de bombas, lançamento de foguetes, distribuição de cravos.

Gostariamos de aqui saudar o povo do Barreiro pela manifestação no dia 24 e pelas festas que se prolongaram pela noite nas freguesias, pelas actividades desportivas e infantis no dia 25, pelo mural gigante pintado junto à Câmara, e pela magnífica participação na colossai manifestação de Lisboa.

E em Lisboa?

Em Lisboa pretenderam monopolizar para as «comemorações oficiais» as principais ruas e praças da cidade, impedindo aí as comemorações populares. Desmantelaram palcos. Tentaram impedir a colocação de estrados e a abertura de bancas. Fizeram ameaças e provocações.

Mas o povo deu como resposta uma das mais extraordinárias e grandiosas manifestações de massas jamais vistas na capital. 400 000 participantes é o número indicado por responsáveis da manifestação na Avenida da Liberdade e do comício do Rossio do dia 25. Povo, representantes dos partidos e forças democráticas, militares de Abril, desfilaram e falaram num ambiente de entusiasmo, combatividade e unidade que constituem, em si mesmo, um importante passo em frente no caminho da vitória.

No Porto, o Governador Civil, o soarista Cal Brandão, monopolizando o centro da cidade para as «comemorações oficiais», recusou as comemorações populares a utilização de qualquer ponto da Baixa e manteve intransigentemente tal decisão com comunicados atrás de comunicados, proclamando que os cortejos populares não entram na Baixa e ameaçando com a repressão.

Mas o povo não se deixou atemorizar. Confiante na sua força, submergiu literalmente a Baixa do Porto, absorveu os ranchos e bandas oficiais e, tanto no dia 24 como no dia 25, realizou colossais desfiles e concentrações de massas com dezenas e dezenas de milhares de manifestantes gritando: «25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!».

Em contraste com as sinistras e falhadas «comemorações oficiais» do Governo de Mário Soares contra o 25 de Abril, Portugal inteiro e unido festejou o 25 de Abril e mostrou a sua determinação em defendê-lo.

A jornada que acabamos de viver no 10.º aniversário confirma-nos a certeza de que o povo tem força bastante para defender e continuar Abril e que, por isso mesmo, Abril será defendido e Abril vencerá!

Cinco lições do 10.º aniversário do 25 de Abril

Assim como as «comemorações oficiais» foram um rotundo fiasco e uma derrota política monumental do Governo de Mário Soares assim as comemorações populares do 25 de Abril constituíram uma extraordinária e significativa vitória das forças da democracia.

As comemorações do 25 de Abril de 1984 acusam uma rápida mudança da correlação de forças, com o rápido enfraquecimento da reacção e o impetuoso reforço do movimento popular democrático.

A grandiosa e exaltante jornada do 25 de Abril de 1984 é um acontecimento político do mais alto significado na vida política nacional.

Pelo que foi. Pelo que revela. Pelo que demonstra. Pela perspectiva que abre.

Não foi apenas uma maravilhosa jornada de comemorações festivas. Foi também uma extraordinária jornada de luta.

Desta grandiosa e exaltante jornada podem desde já tirar-se algumas lições.

A primeira lição é que o 25 de Abril continua vivo e bem vivo, como a mais forte característica da realidade portuguesa, vivo e bem vivo na alma, na determinação e na luta do Povo português.

A segunda lição é o isolamento quase completo do Governo PS/PSD e dos seus apoiantes reacccionários, Governo contra o povo, afastado do povo, desprezado pelo povo, Governo podre para cair.

A terceira lição é a confirmação de que existe uma base de apoio social e política poderosíssima e bastante para uma alternativa democrática.

A quarta lição é que estão criadas condições fundamentais para a unidade e para a acção comum ou pelo menos para a acção convergente de todas as forças democráticas e patrióticas que conduza a uma alternativa.

Em resumo, e como quinta lição das comemorações do 10.º aniversário da Revolução de Abril: amadurecem as condições para a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto, para a formação de um governo democrático, para a saída da grave crise a que o País foi conduzido pela política de restauração monopolista, para consolidar e prosseguir com o trabalho e a luta, o regime de liberdade, de progresso, de independência nacional e de paz criado pela Revolução democrática.

O Governo, que se levanta contra o 25 de Abril, está condenado à derrota. E o povo e a luta do povo tem a vitória certa, pois «agora ninguém mais cerra / as portas que Abril abriu».

O povo está em luta: por um grandioso 1.º de Maio

Há 3 dias completaram-se 10 anos passados desde a data do heróico levantamento dos capitães de Abril. Dentro de 3 dias completam-se 10 anos passados desde essa poderosa expressão do levantamento operário e popular que se seguiu à acção do MFA — o 1.º de Maio de 1974 — que imprimiu uma nova dinâmica ao processo revolucionário e que influiu poderosamente na democratização da vida nacional.

Dez anos passados, também agora em 1984, no seguimento das comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, o 1.º de Maio deverá ser, é necessário que seja, uma poderosa manifestação de força, da vontade, de determinação, da confiança dos trabalhadores e do povo de Portugal.

Por isso aqui faço um apelo para que ninguém falte à jornada do 1.º de Maio, para que o 1.º de Maio seja uma nova confirmação do 25 de Abril e um novo passo no caminho de uma alternativa democrática.

A direcção do PS fez ontem um apelo para que os trabalhadores socialistas estejam com os divisionistas da UGT no 1.º de Maio.

Mas estamos certos de que milhares de trabalhadores socialistas e que votaram no PS se recusarão a acompanhar os divisionistas e estarão neste 1.º de Maio nas grandes jornadas organizadas pela única verdadeira central dos trabalhadores portugueses: a CGTP/IN.

Muitos outros acontecimentos além das comemorações do 25 de Abril mostram que o Governo e o seu Primeiro-Ministro estão completamente desprestigiados e encontram uma oposição crescente, não apenas dos trabalhadores, mas de todas as classes e camadas antimonopolistas da população.

A par das grandes lutas dos trabalhadores, que se têm desenvolvido, ampliam-se as lutas dos pequenos e médios agricultores, das mulheres, da juventude, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, das massas populares em geral.

As recentes eleições parcelares nas autarquias (em S. Pedro da Cova, em S. João da Madeira) acusam quedas acentuadas dos partidos da direita e do PS e um grande progresso da APU. Em S. João da Madeira pela primeira vez a APU elegeu um vereador. Em S. Pedro da Cova, a APU passou de 37,5% para 64% dos votos e de 8 para 13 mandatos num total de 19.

O Governo de Mário Soares/Mota Pinto julga poder intimidar, amordaçar e submeter o movimento operário e popular. Ao mesmo tempo que declara a guerra social contra os trabalhadores julga poder obrigar o movimento sindical a participar num Conselho de Concertação Social dominado pelo patronato mais reacccionário e os seus representantes no Governo e no grupo do divisionismo sindical. Mas a CGTP-IN — grande e incontestada central sindical dos trabalhadores — recusando-se a participar na farsa, desmascarou a demagogia soarista e desmascarou o tal Conselho como aquilo que realmente é.

Os dirigentes sindicais quiseram ser recebidos pelo Primeiro-Ministro. Mas o Primeiro-Ministro teve como única e visível resposta mandá-los prender, uns atrás dos outros. Quem perdeu politicamente a batalha não foram os trabalhadores, mas o Primeiro-Ministro.

O Primeiro-Ministro queria que os dirigentes sindicais, os representantes dos trabalhadores, se apresentassem de joelhos a pedir audiência. Mas os dirigentes sindicais, os representantes dos trabalhadores, a CGTP-IN só de pés firmes no chão aceitam ser recebidos.

A arrogância e a brutalidade do Governo, o reforço apressoado dos polícias, a criação apressoada de polícias de informação política, o recurso crescente e destrambelhado às actuações repressivas, não são sinais de força e confiança, mas de inquietação e de medo, pois o Governo sente que o terreno lhe está a fugir debaixo dos pés.

O movimento operário, popular e democrático está em pleno desenvolvimento.

Aproxima-se o momento da viragem. O Governo PS/PSD será derrotado. Uma alternativa democrática será encontrada.

A luta continua. Abril vencerá!

Viva o povo do Barreiro!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva Portugal de Abril!

Viva o Partido Comunista Português!

Figueira da Foz

• A situação no concelho

A exemplo do que acontece em todas as iniciativas congêneres do Partido realizadas pelas organizações em todo o País (reuniões, encontros, assembleias, etc.), a recente reunião da Comissão Concelhia da Figueira da Foz (distrito de Coimbra), efectuada em meados de Abril, além de questões orgânicas e da actividade do Partido, fez também o balanço dos principais aspectos mais marcantes da vida económica e social do concelho, alertando para as seguintes situações:

No concelho existem neste momento 13 empresas com salários em atraso que devem 300 mil contos a cerca de 1500 trabalhadores. A juntar às falências de algumas empresas, a fome, a miséria e a doença surgem já em inúmeros lares de trabalhadores do concelho.

O pacote autárquico do Governo Soares/Pinto, ao mesmo tempo que significa, no geral, um autêntico ataque ao Poder Local Democrático, põe em risco, na Figueira da Foz, os postos de trabalho de 156 trabalhadores eventuais da Câmara Municipal.

É no conjunto de situações tão dramáticas que surgem os casos mais escandalosos:

- Os operários da Mistral (têxtil) não recebem há 3 meses, o que se traduz numa dívida superior a 5000 contos, enquanto que os patrões dessa empresa continuam a aumentar e manter as suas froas de carros de luxo, avaliadas em mais de 15 000 contos.
- A repressão patronal tem vindo a ser intensificada e leva a administração da UNITEFI (têxtil) a proibir as operárias grávidas de irem ao médico e a contrariar a actividade sindical pela intimidação.
- O director do Centro de Exploração do Cabo Mondego-/CIMPOR afronta direitos que contratualmente são devidos aos trabalhadores.
- A discriminação a que estão sujeitos os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego que aderem às greves convocadas no sector.
- A crise provocada e agravada por esta política, atinge sectores diversificados da população figueirense.
- Os agricultores debatem-se com problemas gravíssimos. Debatem-se com a sua e com a ruína da lavoura. Os produtores de arroz estão ameaçados

tar e manter as suas froas de carros de luxo, avaliadas em mais de 15 000 contos.

- A repressão patronal tem vindo a ser intensificada e leva a administração da UNITEFI (têxtil) a proibir as operárias grávidas de irem ao médico e a contrariar a actividade sindical pela intimidação.
- O director do Centro de Exploração do Cabo Mondego-/CIMPOR afronta direitos que contratualmente são devidos aos trabalhadores.
- A discriminação a que estão sujeitos os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego que aderem às greves convocadas no sector.
- A crise provocada e agravada por esta política, atinge sectores diversificados da população figueirense.
- Os agricultores debatem-se com problemas gravíssimos. Debatem-se com a sua e com a ruína da lavoura. Os produtores de arroz estão ameaçados

pelas Obras de Regularização do Mondego e pelo fornecimento de água às celulosas. Os seus pedidos de esclarecimento têm ficado sem resposta, e por outro lado a actuação dos organismos oficiais deixa desconfiar cada vez mais acentuadas sobre as intenções do Governo em relação aos problemas agrícolas do Vale do Mondego.

É também neste contexto que se enquadra o repúdio pela Central Termoeléctrica a Carvão, claramente expressa no dia 12 de Abril na manifestação que reuniu alguns milhares de pessoas, na sua maior parte vindas das freguesias sul do concelho. Também é de destacar, sobre a Central Termoeléctrica a Carvão, a atitude do Governo que estabeleceu unilateralmente o prazo de 12 de Abril para o fim do debate público, quando a Câmara ainda tinha marcado, após esta data, mais quatro sessões de esclarecimento.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais, os reformados, os jovens, as mulheres são também duramente atingidos. As populações do Bom Sucesso e de Cova-Gala lutam pela passagem dos seus lugares a freguesia.

Degradam-se no concelho as condições de vida, de saúde e ensino. No que respeita à Saúde, a legislação agora aprovada para a Função Pública tem como consequência o fecho eventual das Unidades de Saúde do Alqueidão e das Regalheiras, e a diminuição de actividade das Unidades de Saúde de Palão, da Cova-Gala e de Buarcos, em consequência degradam-se por superlotação as condições de assistência do Banco de Urgência do Hospital Distrital.

Ensino: o começo do próximo ano lectivo afigura-se mais difícil. Há concursos para professores que já deviam estar mais avançados, há cortes orçamentais e há alunos excessivos para as condições existentes.

••

A Comissão Concelhia do PCP saúda a luta dos trabalhadores figueirenses pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, a luta que travam os operários vidreiros e da Indústria Naval pela viabilização dos respectivos sectores, a luta das mulheres, dos agricultores e das populações.

Carlos Brito e Margarida Tengarrinha em Olhão

Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, na sua qualidade de deputados, realizaram recentemente mais duas importantes reuniões na sede do Sindicato dos Pescadores em Olhão: com um grupo de mariscadores e com uma delegação dos trabalhadores da Ormis.

Os mariscadores expressaram aos dois deputados a situação em que se encontram face ao aumento de impostos a que estão sujeitos, sem que para tal lhe fosse dado o mínimo de explicações acerca quer dos critérios, quer da legalidade em que esta medida se apoia, para a aplicação de tais aumentos, que afectam perto de duas mil pessoas.

O aumento de impostos a que estão sujeitos é de facto escandaloso. Há mariscadores que pagaram em 1983, 1750\$00 e passam agora a pagar 8750\$00, enquanto outros que pagaram 950\$00 ficam agora a pagar 12 750\$00.

Os dois deputados comprometeram-se a fazer um requerimento ao Governo, a partir da AR, sobre os motivos que justificam tais escandalosos aumentos de tributação.

Com os trabalhadores da Ormis os dois deputados foram informados da grave situação que atinge esta empresa, cujo anúncio de encerramento foi recentemente tornado público pela administração aos cerca de 120 trabalhadores.

Os deputados do PCP, que na reunião expressaram a sua solidariedade com a luta que desenvolvem os trabalhadores da Ormis contra o encerramento da empresa, comprometeram-se igualmente, a partir da AR, a questionar o Governo sobre esta assunto.

Convívio nas Caldas da Rainha

No Centro de Trabalho do PCP na cidade das Caldas da Rainha (distrito de Leiria) decorrerá no próximo domingo, dia 6, um almoço-convívio promovido pela Comissão Concelhia e aberto a todos os militantes e simpatizantes. Estará presente o camarada António Orininha, suplente da Comissão Política do Comité Central, que intervirá no decurso desta iniciativa.

Cantanhede

Em nota recentemente divulgada, a organização do PCP do concelho de Cantanhede sublinha o seu apoio às comemorações populares do centenário de Jaime Cortesão, republicano antifascista e figura prestigiada da cultura portuguesa, «homem que lutou contra a tirania fascista». Por outro lado, a organização do Partido manifesta o seu total desacordo com o aproveitamento destas comemorações para promover a política de miséria imposta pelo Governo PS/PSD ao Povo português.

Camaradas falecidos

Álvaro Pinto Jorge

Com 65 anos, faleceu em Aveiro o camarada Álvaro Pinto Jorge, membro do Partido desde 1974. O militante comunista pertencia à comissão do Centro de Trabalho de Aveiro.

João Francisco Trindade

Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 7 o ca-

marada João Francisco Trindade, de 55 anos. Era membro do secretariado da célula do Partido nos Cabos Ávila e da Comissão de Trabalhadores da empresa.

Maria Cabrita Figueiras

Faleceu com 82 anos a camarada Maria Cabrita Figueiras, mãe dos camaradas João e Teodoro Cabrita Baptista.

António Guilherme Paulino

Residente em Lousa (Loures ocidental), faleceu recentemente o militante comunista António Guilherme Paulino, nascido em 1936. O camarada trabalhava como mecânico.

Benjamin dos Santos Mateus

Ligado ao trabalho autárquico logo após o 25 de Abril, mo-

rador em Loures, faleceu há dias o nosso camarada Benjamin dos Santos Mateus, de 47 anos, comerciante.

José Morais Fernandes

Velho militante do Partido, faleceu o nosso camarada José Morais Fernandes, de Custóias, preso pela ditadura durante os tempos da clandestinidade juntamente com Militão Ribeiro.

Juventude

JCP alerta para o agravamento da situação social da juventude

Falta de pagamento de salários; aumento crescente do desemprego juvenil, da procura do 1.º emprego, dos contratos a prazo, da degradação do ensino e aumento da selectividade, da inexistência de saídas profissionais e da falta de habitação para os jovens casais — tudo isto são expressões do preocupante agravamento da situação social da juventude, como salientou há dias a Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, reunida em Lisboa.

Esta reunião, realizada a 18 e 19 de Abril, analisou, entre outros assuntos e além da situação social da juventude, as recentes acções do movimento juvenil em Portugal, as comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril e a realização

em Moscovo, no próximo ano, do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes

Depois de sublinhar que «a responsabilização» da grave situação em que se encontra a juventude «recai directamente na actual política degradada e degradante do Governo PS/PSD», a C. Executiva da JCP, na nota de Imprensa divulgada após a sua reunião, refere-se à dinâmica do movimento juvenil, concluindo que «existe uma maior e mais crescente disposição e capacidade de luta da juventude, consubstanciada nas importantes acções desenvolvidas nos dias 24 e 28 de Março, Dia do Estudante e Dia Nacional da Juventude, respectivamente, no acampamento contra a instalação de radares da Nato, reali-

zado na Fôia, no desfile de protesto da Juventude do distrito de Lisboa e Setúbal, realizado no passado dia 7 de Abril, entre muitas e variadas acções de protesto e reivindicação».

Acrescenta a nota da JCP: «A Comissão Executiva conclui que face ao agravamento constante das condições de vida, de trabalho e de estudo da juventude, resultante de uma política contrária aos ideais do 25 de Abril e de submissão integral às exigências do imperialismo, é indispensável uma cada vez maior disposição e capacidade de luta da juventude para conseguir o objectivo que se tornou num imperativo nacional e patriótico — demissão do Governo PS/PSD e formação de um governo democrático, com uma política democrática que res-

peite e resolva os problemas da juventude e do País.»

Entretanto, «a analisar as comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, denuncia aquilo que considera uma afronta à juventude, a todos os democratas e patriotas, aos militares identificados com Abril — o espírito falso e hipócrita das comemorações governamentais».

«O carácter ridículo que o Governo pretendeu dar às comemorações do 10.º aniversário do 25 de Abril, demonstram à evidência a natureza de quem as organiza e revelam um completo divórcio em relação às grandes transformações democráticas operadas depois do 25 de Abril e ofende os sentimentos da juventude e do Povo português», salientam os jovens comunistas.

Internacional

ANGOLA – Crime em Huambo

A verdadeira face do "apartheid"

Huambo, 19 de Abril. Uma carga explosiva de grande potência destrói um prédio de habitação. O atentado terrorista, reivindicado pela Unita em Paris (como o poderia ter sido em Lisboa), constituiu uma verdadeira chacina de cooperantes cubanos e de angolanos, gente que solidariamente trabalha em hospitais e fábricas, no ensino e na construção, para que — mesmo nas difíceis condições de guerra não-declarada imposta pela África do Sul, com o total apoio de Washington, e que inclui a utilização de grupos terroristas — a recuperação de um país devastado por séculos de colonialismo se torne enfim realidade para todo o povo. Dezenas de mortos e centenas de feridos, é o saldo de vidas humanas atingidas pelo acto terrorista.

Mas não é só esse o saldo a registar — outros factos, que se lhe prendem, se impõe destacar.

● Um primeiro é que a acção terrorista de Huambo está longe de surgir como um acto isolado. Integra-se numa política. E essa política, de terrorismo à escala internacional — sempre e onde a vontade dos povos ameaça «interesses vitais» que lhes são alheios — tem um centro: Washington. Um centro com as suas ramificações, de que a Unita é mero instrumento e executante (todos sabemos que não são os «padrinhos» da Mafia, para citar um exemplo internacionalmente conhecido, que liquidam os que de alguma forma se lhe opõem).

De acordo com dados da própria CIA, só de Janeiro a Novembro de 1975, Washington forneceu uma ajuda militar à Unita e FNLA (grupos terroristas ligados à África do Sul e ao Zaire) de 31 milhões de dólares (em termos actuais, corresponde a 4185 milhões de escudos). Só as agressões anti-angolanas privaram mais de cem mil pessoas dos seus bens e lares, no sul das províncias do Cunene e do Kuando-Kubango.

Comentando o monstruoso atentado de Huambo, a agência noticiosa angolana, Angop, afirmava: «Rara é a semana em que os fantoches não demonstrem com as suas acções, que apostaram no massacre indiscriminado de crianças, mulheres e velhos, pelo simples motivo de estarem engajados no processo de reconstrução nacional». Centenas de pessoas morreram em atentados, em 1978, na povoação de Kanhala, em 82 em Chinhamba e no Huambo, e em 83, também num atentado cometido contra um comboio de passageiros, perto de Lwena.

● Recentemente, nas comemorações do 11 de Novembro, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, disse: «O inimigo externo aumentou, sob todos os pontos de vista, a sua actividade em agressividade contra o nosso país e numa autêntica corrida contra o tempo, pretendendo, em vão, forçar a direcção do MPLA-Partido do Trabalho a abandonar a sua política de princípios».

É esta a razão de fundo das acções terroristas, da guerra não declarada, da sabotagem económica, do imenso esforço imposto a um povo que vitalmente precisa de unir todas as suas capacidades para

reconstruir o país em novas bases, na perspectiva do socialismo.

E importa aqui relembrar palavras de Robert McFarlane, conselheiro de Reagan para os assuntos de Segurança Nacio-



Firmeza e coragem contra os inimigos do povo angolano

nal, proferidas em conferência de imprensa realizada em Washington em Dezembro passado, em que referiu os acontecimentos revolucionários ocorridos em Angola, Etiópia, Lénem do Sul e Afeganistão, como «desfavoráveis para o Ocidente» (no que não podemos deixar de lhe dar razão, entendendo Ocidente como o mundo capitalista), pelo que «o presidente (Reagan) analisou estas tendências» e «estudou a problemática das medidas a tomar para os Inverter». É difícil ser mais claro. O crime de Huambo insere-se nestas «medidas» para «inverter» um processo contrário aos interesses das multinacionais, aos interesses do imperialismo. Como Granada. Como o cerco à Nicarágua. Ou os novos mísseis colocados à força no coração da Europa.

● O atentado de Huambo mostra ainda, com toda a clareza, a verdadeira face da política dos Estados Unidos e da África do Sul para esta zona do continente. Agitando palavras e intenções de paz, o que já reflecte uma realidade internacional e regional que torna difícil o prosseguimento de uma agressão directa — muito embora seja de relembrar que não há notícia da retirada das tropas sul-africanas, do Sul de Angola, como bem recentemente havia sido acordado em Lusaka, prossegue-se de facto com uma guerra não declarada. E nem sempre a guerra se faz com exércitos regulares. Os grupos terroristas são também peça — por vezes determinante — de tais guerras.

Falando na cidade de Huambo, um dia após o atentado, o dirigente angolano Lúcio Lara apontou como responsáveis pelo crime «os racistas sul-africanos e o grupo fanto-

che da Unita» e acrescentou que tal acção terrorista «demonstra com toda a evidência o cinismo e as falsidades das forças imperialistas» no que respeita à sua proclamada «aspiração à paz na África Austral».

Mas nem é necessário sermos nós a denunciar o carácter hipócrita das declarações de paz do imperialismo e dos governos que lhe estão ligados. Eles auto denunciam-se, com os seus actos.

Basta relembrar que, quando o Conselho de Segurança da ONU exigiu a imediata e incondicional retirada das tropas sul-africanas de território angolano, se registou uma única abstenção: a dos Estados Unidos.

crime de Huambo, realizaram-se em praticamente todas as cidades. Conforme destaca o jornal cubano «Granma», «muitos internacionalistas cubanos em Huambo, cuja missão já estava concluída, pediram para prolongar o seu tempo de serviço e os homens e mulheres feridos exprimiram o seu ardente desejo de se restabelecerem o mais depressa possível para voltar a ocupar os seus postos de trabalho nas obras de construção, nos centros educativos e hospitalares da cidade».

Esta determinação não constitui um facto novo. A minagem dos portos da Nicarágua (como há anos no Vietname), não impede os cargueiros soviéticos de levar a sua carga até ao destino. Os cooperantes cubanos em Granada demonstraram igualmente, de forma inequívoca, o seu espírito internacionalista, a fidelidade ao ideal do socialismo. E os exemplos poderiam repetir-se. A provar que o crime, arma quotidiana do imperialismo, pode levantar — e levanta — sérias dificuldades no avanço dos povos. Mas de forma alguma o pode impedir. Também, naturalmente, na África Austral.

● «Ambos os governos expressam a sua admiração e a sua solidariedade com a luta heróica travada pelos povos da Namíbia e da África do Sul, sob a direcção dos seus únicos representantes legítimos, a SWAPO e o ANC, contra o regime vergonhoso do apartheid e reafirmam a sua

niú os chefes de Estado de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé, em que se manifesta a solidariedade com o povo sul-africano, dirigido pelo ANC e o povo da Namíbia, encabeçado pela SWAPO. Reunidos em Arusha, capital da Tanzânia, os dirigentes dos Estados da Linha da Frente, e do ANC e da SWAPO, reivindicaram a aplicação imediata da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, para a independência da Namíbia, considerando também, como uma das suas principais tarefas, a supressão do apartheid».

A aplicação da resolução 435 surge aliás como uma das condições fundamentais para uma futura paulatina retirada das tropas internacionalistas cubanas de Angola, quando a situação na África Austral o permitir.

● Se a determinação popular, o empenho na defesa das conquistas revolucionárias, a força da solidariedade — surgem como elementos a destacar na situação que actualmente se vive na África Austral, não é menos verdade que a realidade é bem complexa e os caminhos nada lineares, e por vezes erigidos de evidentes dificuldades. Dificuldades, por exemplo, no plano económico. Ou as testemunhas pela recente acção terrorista (sendo em tratamento de destacar os êxitos assinaláveis na luta antiterrorista). Ou mesmo as que se prendem a acordos entre as partes com interesses antagónicos, como é o caso — não sendo embora as situações idênticas — dos acordos estabelecidos entre a África do Sul, Angola e Moçambique.

Para termos uma ideia das dificuldades que se deparam, citaremos, por exemplo, o jornal «Notícias», de Maputo, onde, comentando os acordos de Nkomati, destaca: «Se para a África do Sul a estratégia a seguir possa vir a ser a de tentar conseguir pela economia aquilo que não conseguiu com as armas, para Moçambique o acordo que agora vai ser assinado é o culminar de muitos anos de uma política...».

O próprio atentado de Huambo testemunha da gravidade dos problemas que subsistem.

Como pano de fundo, e sempre, a política de apartheid, obstáculo maior à Paz, ponto de tensão permanente.

O sistema de apartheid é «o obstáculo principal à estabilidade na região», é afirmado na declaração final da cimeira de Maputo. Nessa mesma cimeira, o presidente de Moçambique diz: «a única causa de instabilidade na África Austral, o único perigo de escalada e internacionalização dos conflitos na região, encontra-se na política de agressão e desestabilização de Pretória. O apartheid é o único factor gerador de conflitos na região».

A verdade salta à vista. Tal como em outras partes do mundo, o imperialismo e os seus aliados são o foco originário das guerras, da tensão internacional, do terrorismo.

NICARÁGUA

Conferência Internacional

hoje em Lisboa

A Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central, presidida pelo Prémio Nobel da Paz, Perez Esquivel, começa hoje no Hotel Penta, em Lisboa, com a participação de cerca de 300 individualidades vindas dos mais diversos pontos do mundo.

Nos trabalhos participa uma delegação de dirigentes de alto nível da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, integrada por 19 elementos, entre os quais se destaca o responsável pelo departamento das relações externas daquele país, Júlio Lopez Campos, a comandante guerrilheira Mónica Baltodano e o padre Fernando Cardinale.

A importante iniciativa decorre num momento da maior importância para o futuro da América Central, quando todos os indícios apontam para uma previsível intervenção directa das tropas norte-americanas na Nicarágua, malgrado as críticas cada vez mais fortes à política de Reagan naquela região, tanto nos Estados Unidos como nos países da Europa.

Mas é sobretudo na América Latina que a gravidade da situação mais se faz sentir, o que se traduz no grande apoio manifestado para com a Conferência de Lisboa. Desse apoio deparam conta os elementos da Comissão Nacional da Conferência, Manuel Lopes, Silas Cerqueira, Aquilino Ribeiro Machado e Fernando Loureiro, em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, no regresso de uma visita à Nicarágua, México, Panamá, Colômbia, Venezuela e Cuba.

Os contactos efectuados com os ministros dos Negócios Estrangeiros daqueles países, a imprensa e a Comissão de Apoio que os vários países acompanham o desenrolar dos acontecimentos na Nicarágua e em El Salvador, bem como o empenhamento em contribuir para todas as iniciativas que possam ajudar a defesa e consolidação da paz na região.

Ainda durante a conferência de imprensa foi anunciada a presença em Lisboa de Hortense Allen-de, viúva de Salvador Allen-de, assassinado a mando da CIA no Chile em 1973; do cantor grego mundialmente famoso, Nikos Theodorakis; do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros da Guatemala, Guillermo Torriello; do secretário-geral do PMDB, Miro Teixeira; do

ministro da Educação do Vietname, Nguyen Tbi Binh, entre outros.

Entre os convidados estrangeiros, destaque também para a presença do bispo mexicano, Mendez Arceo, e para a actriz Julie Christie.

Entre as diversas iniciativas da Conferência salienta-se a realização de uma sessão pública na quinta-feira, às 21.30 h, no Teatro Maria Matos; uma sessão plenária, aberta ao público, no Ho-

tel Penta, às 9.30 h de sexta-feira, em que serão divulgados os temas dos trabalhos.

Na Voz do Operário, às 21.30 h de sábado, realiza-se uma sessão político-cultural aberta à população. Também no domingo os trabalhos do plenário, na parte da manhã, podem ser acompanhados por todos os interessados.

(Sobre a Nicarágua, ler também no Suplemento desta edição.)

Solidariedade

1. A guerra não declarada conduzida pelo imperialismo norte-americano contra a Nicarágua atingiu nos últimos tempos uma extrema gravidade.

A minagem pela CIA das águas territoriais nicaraguenses, acompanhada pela concentração de forças militares norte-americanas nas fronteiras da Nicarágua e El Salvador, e pelo descarado apoio aos bandos contra-revolucionários anti-sandinistas actuando a partir do território das Honduras e da Costa Rica, constitui um novo passo, extremamente perigoso, na escalada agressiva conduzida pela administração Reagan contra a Nicarágua revolucionária. É real o perigo de uma intervenção militar directa imperialista em larga escala contra o povo da Nicarágua, assim como contra o povo de El Salvador.

É necessário agir para deter a mão criminosa que agrediu Granada e ameaça agora com nova aventura agressiva na América Central.

2. O PCP denuncia e condena firmemente a criminosa política da administração Reagan na América Central. Insere na estratégia global militarista agressiva do imperialismo norte-americano, essa política visa liquidar a revolução sandinista na Nicarágua, impedir o triunfo da revolução popular de El Salvador, sustentar o impetuoso ascenso da luta dos povos da América Central e Caraíbas e de toda a América Latina pela sua libertação nacional e social.

3. O PCP expressa a sua activa solidariedade para com a FSNL e o heróico povo da Nicarágua em luta pela defesa da independência e soberania da sua pátria, contra a agressão do imperialismo norte-americano e seus fantoches na região, pela defesa e consolidação das conquistas da sua revolução sandinista.

Expressa também a sua solidariedade a todos os povos da América Central e Caraíbas, em particular ao povo de Cuba socialista, ao povo de El Salvador que, sob a direcção da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional conduz uma luta plena de heroísmo pela sua libertação, para com o povo de Granada vítima da criminosa invasão e ocupação pelas forças armadas dos EUA.

4. De 3 a 6 de Maio próximo decorrerá em Lisboa a Conferência Internacional sobre a Nicarágua e pela Paz na América Central.

O PCP saúda a realização em Portugal desta conferência de carácter amplamente unitário, como importante expressão da solidariedade internacional para com a Nicarágua e os povos da América Central.

O PCP apela a todos os democratas, a todos os jovens, homens e mulheres progressistas e amantes da paz a manifestarem o seu apoio a esta iniciativa que dignifica o Portugal de Abril.

26/4/84

O Secretariado do
Comité Central do PCP

República Dominicana

Guerra do pão faz 200 mortos

Duzentos mortos e outros tantos desaparecidos é o trágico balanço da feroz repressão governamental desencadeada nos últimos dias na República Dominicana, contra a população que protesta contra os brutais aumentos dos principais bens de consumo impostos pelo FMI.

A denúncia, feita pelo Comité dos Direitos do Homem daquele país, vem confirmar as mais negras previsões desta nova guerra do pão, que a par do que sucedeu na Tunísia e em Marrocos atesta de forma inequívoca o carácter profundamente antipopular das imposições do FMI onde quer que se registem.

Tudo começou com o anúncio dos aumentos dos preços de produtos essenciais, entre 20 e 90 por cento, que provocaram manifestações de protesto de uma população que vive no limiar da miséria. O exército e a polícia entraram então em acção, ocupando a capital, São Domingos, cercando os sindicatos e carregando sobre os populares.

O acordo firmado entre o governo do Partido Revolucionário da República Dominicana (filial da Internacional Socialista) e o FMI é extremamente gravoso para a população, que apesar da repressão continua a responder aos apelos dos sindicatos manifestando o seu repúdio por esta submissão aos interesses do capital internacional.

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

edições
Avante!

e Editorial Progresso

BRASIL A fraqueza do regime

apesar da recusa às «directas»

Hoje o povo manifesta a sua vontade de mudança, que é essencialmente democrática. Se o povo quer e manifesta politicamente a sua vontade, o governo e os partidos políticos não podem ignorá-la. «Conforme a vontade popular, é preciso mudar a Constituição». Estas palavras do presidente do Brasil, general Figueiredo, transmitidas para todo o país dois dias antes do Congresso se pronunciar em Brasília sobre a emenda Dante de Oliveira pela reposição imediata das eleições directas para a presidência, prenunciaram a abertura de uma nova fase do processo brasileiro. Não porque Figueiredo e o seu governo estejam dispostos a respeitar a vontade popular, mas porque o regime não pode já de facto ignorar essa verdade.

A desilusão sentida por milhões de brasileiros quando na madrugada do dia 25 se soube que a emenda Dante de Oliveira não havia sido aprovada — faltaram 22 votos para a maioria de dois terços exigida pela Constituição — sobrepôs-se rapidamente uma palavra de confiança que galgou as paredes do Congresso: «A luta continua!».

Com efeito, ao decidir vir a terreiro esgrimir as últimas armas do regime — depois de ter imposto o estado de emergência para calar a voz da vontade popular — o general Figueiredo comprovou ainda ter força para impedir a impor-

tante emenda constitucional, mas não os seus efeitos na mobilização popular.

Os intensos contactos estabelecidos no início da semana passada com os deputados do PSD dispostos a votar com a oposição a emenda Dante, produziram os seus frutos. Desejoso de evitar um confronto que sabia não lhe ser favorável, o partido no poder fez toda a pressão possível sobre os seus deputados para os convencer a não comparecer no Congresso. Os 113 que acatarem a ordem de Figueiredo tiveram como contrapartida promessas várias de resolução de problemas locais e sobretudo a

apresentação da emenda Figueiredo, uma tentativa de tréguia na mobilização popular, uma proposta de conciliação de interesses entre Governo e oposição.

Mas nem todos se deixaram convencer, o que tornou possível que a sessão do Congresso no dia 25 fosse uma tribuna de acusação ao regime que durante os últimos 20 anos tem conduzido o Brasil para a mais terrível crise económica da sua história. E deixar claro que a luta pelas «directas» não é só um objectivo em si, mas sobretudo acto de um presidente eleito pelo povo, em sufrágio directo, deverá ser precisamente a convocação de uma Assembleia Constituinte.

É justamente este aspecto que dá à reivindicação de eleições directas para a presidência, que milhões de brasileiros exigiram nas ruas, a sua verdadeira dimensão. Pensar que uma vez conseguida, se esbateria a combatividade de massas que só tem paralelo na história do Brasil com a registada em Maio de 1888 quando se votou o fim da escravatura, seria subestimar a capacidade

de luta de um povo explorado até ao limite das suas possibilidades.

O regime não o fez e o general Figueiredo apresentou a sua proposta de emenda constitucional. Sabendo que ela não tem qualquer hipótese de ser aprovada sem os votos da oposição, pois o governo não tem os dois terços de votos necessários para tal.

A emenda Figueiredo

A iniciativa do presidente brasileiro visa de imediato dois objectivos. Em primeiro lugar criar um tempo de espera entre o fim do actual mandato presidencial e a eleição directa de um presidente, o que daria ao regime espaço de manobra para criar os mecanismos que permitissem a conservação do máximo de poderes. Em segundo lugar, afastar a elaboração de uma nova Constituição do horizonte imediato do eleitorado, introduzindo algumas reivindicações sentidas mas impedindo a mudança de fundo que se exige.

Como a necessidade de conquistar votos à oposição se coloca, a emenda Figueiredo tem de contemplar algumas concessões; resta saber se serão bastantes para convencer a oposição a iniciar conversações.

Entre as várias propostas apresentadas salienta-se a marcação de 1988 para a reposição das eleições directas para a presidência; a eleição directa dos prefeitos das capitais dos Estados e dos prefeitos das estâncias hidrominerais, com excepção dos municípios considerados como área de segurança nacional; a passagem do executivo para o Congresso da responsabilidade das leis tributárias; a passagem para a mesa do Congresso da responsabilidade de regulamentar a composição e financiamento do Colégio Eleitoral que indicará o nome do próximo presidente do Brasil.

A falta de consenso em torno destas questões começou a manifestar-se assim que elas se tornaram públicas. Sinal da debilidade do regime são também os repetidos anúncios da

possibilidade de formação de um governo provisório e da antecipação das presidenciais de 1988 para 1986.

A complexidade da situação que se vive no Brasil, onde a gravidade da crise económica preside praticamente a todas as decisões, torna difícil prever o que vai suceder nos tempos mais próximos. O espectro de uma manobra de força por parte dos militares não pode ser totalmente posto de lado, mas é inegável que a oposição ganha terreno.

Num país onde segundo o próprio Banco Mundial um em cada três cidadãos não se alimenta convenientemente, forma elaborada de dizer que passa fome, as transformações políticas exigidas não podem ficar pela superfície. É todo um sistema que está errado e é todo um povo que clama por mudanças.

Como as conseguir é a questão que neste momento se debate no Brasil. De seguro sabe-se apenas que o regime militar não cairá por si, que a luta de massas é que terá de o derrubar.